

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

MARENILDA GOMES DO NASCIMENTO ARAUJO

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA
PRISIONAL EM SÃO MATEUS-ES: UM ESTUDO DE CASO**

**SÃO MATEUS-ES
2020**

MARENILDA GOMES DO NASCIMENTO ARAUJO

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL
EM SÃO MATEUS-ES: UM ESTUDO DE CASO

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do
Cricaré para obtenção do título de Mestre em
Ciência, Tecnologia e Educação.

Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Nilda da Silva Pereira.

SÃO MATEUS-ES
2020

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

A663d

ARAUJO, Marenilda Gomes do Nascimento.

Desafios e possibilidades da alfabetização no Sistema prisional em São Mateus-es: um estudo de caso / Marenilda Gomes do Nascimento Araujo – São Mateus - ES, 2020.

87 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

Orientação: Prof.^a Dra. Nilda da Silva Pereira.

1. Proposta de alfabetização. 2. Jovens e adultos. 3. Sistema prisional. I. Pereira, Nilda da Silva. II. Título.

CDD: 374.9

MARENILDA GOMES DO NASCIMENTO ARAUJO

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ALFABETIZAÇÃO NO
SISTEMA PRISIONAL EM SÃO MATEUS-ES: UM ESTUDO DE
CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 15 de fevereiro de 2020.

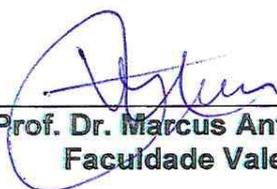
COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Nilda da Silva Pereira
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Profa. Dra. Juliana Martins Cassani
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. Thiago Padovani Xavier
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Esta pesquisa é dedicada a Deus, por ser tão presente em minha vida.

E ao meu esposo, por seu amor para comigo, em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem Ele nada teria sentido em minha vida pessoal e profissional.

Aos meus pais Eduardo e Estelita, que souberam me cobrar, ensinar os preceitos religiosos e sociais, educar para a escola e para a vida, e por me oportunizar uma família estruturada e feliz: minha base.

Aos meus familiares: meus 12 irmãos, razão da minha vida; Cunhados, cunhadas, sobrinhos... pelo apoio e amor. Sei que sempre posso contar com vocês.

Ao meu esposo, Edimilson Araújo, por seu amor incondicional, pela motivação em meus objetivos e pela compreensão nos momentos em que estive ausente em decorrência dos estudos de Mestrado e durante a pesquisa.

Aos doutores e mestres que se fizeram presentes nessa caminhada chamada "Mestrado". Que Deus abençoe a cada um e, mui especialmente, a minha orientadora, Prof.^a Dra. Nilda da Silva Pereira, pelos ensinamentos e cobranças, sempre no intuito de que eu fizesse o melhor.

Aos funcionários do Sistema Prisional, pela colaboração e parceria. Em especial às professoras participantes, verdadeiras guerreiras.

Aos alunos da turma de alfabetização da EJA Sistema Prisional, por sua perseverança em estudar e buscar "dignidade humana".

À direção da E.E.E.M. Ceciliano Abel de Almeida e à direção do Sistema Prisional de São Mateus, pela autorização e confiança na pesquisa, considerando que a intenção é buscar melhorias para o processo de alfabetização.

A todos, que, direta e indiretamente, me ajudaram ou mesmo torceram pela minha vitória nesta trajetória,

Muito obrigada!

A educação é um ato de amor, por isso um ato de coragem. Não pode temer o debate.

(FREIRE, 1983)

RESUMO

ARAUJO, Marenilda Gomes do Nascimento. **Desafios e possibilidades da alfabetização no Sistema Prisional em São Mateus-ES: um estudo de caso**. 2020. 101 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré. São Mateus, Espírito Santo, 2020.

Esta dissertação versa sobre a leitura e letramento em relação a alunos do sistema prisional em São Mateus. O objetivo do estudo é analisar quais são os desafios e possibilidades da alfabetização no ensino aprendizagem de jovens e adultos do Sistema Prisional do Município de São Mateus. Os objetivos específicos delimitados foram: identificar como a alfabetização consegue ressignificar a vida de jovens e adultos privados de liberdade e tecer análise crítica sobre esse processo; observar as interações sociais e as práticas docentes no sistema prisional masculino de São Mateus; elaborar material didático pedagógico específico, que contribua para a alfabetização dos jovens e adultos privados de liberdade. O problema se concentra na questão: quais são os processos e práticas pedagógicas produzidos pelos docentes que visam a alfabetização dos alunos privados de liberdade? A justificativa pela escolha do tema se deu pela necessidade de aprofundamento do debate acadêmico sobre as possibilidades de se construir metodologias específicas para a alfabetização do público EJA Sistema Prisional, onde seus saberes e experiências de mundo possam contribuir como guias para a formulação de propostas curriculares político-pedagógicas e interacionistas. Para isso, o referencial teórico se baseia em autores como Coll (2006), Cosme (2009), Ferreira (2011), Freire (1996; 1997), Gadotti (1995; 2011), Goodson (2002), Libâneo (2004; 2011), Perrenoud (2000), Traldi (2007) e outros. A pesquisa qualitativa teve como *locus* o CDPM (Centro de Detenção Provisória e Penitenciária de São Mateus (01 instituição) com a turma da 1ª a 4ª etapa. Os sujeitos pesquisados foram dez alunos matriculados e 02 professores. Após o desenvolvimento da pesquisa e análise dos dados desenvolvidos, procedeu-se a discussão e as conclusões. Ao final foi apresentado o Produto Final: material didático que ajudará os professores alfabetizadores do sistema prisional. A partir do referencial e da pesquisa de campo, concluiu-se que a alfabetização no Sistema Prisional tem atuado de maneira eficaz e voltada para a formação crítica e cidadã de seus alunos privados de liberdade.

Palavras-chave: Proposta de alfabetização. Jovens e adultos. Sistema prisional.

ABSTRACT

ARAUJO, Marenilda Gomes do Nascimento. **Challenges and possibilities of literacy in the Prison System in São Mateus-ES: a case study**. 2020. 101 f. Dissertation (Masters) - Faculdade Vale do Cricaré. São Mateus, Espírito Santo, 2020.

This research seeks to cover reading and literacy in relation to students in the prison system in São Mateus-ES. The objective of the study is to analyze what are the challenges and possibilities of literacy in the teaching of youth and adults in the Prison System of the Municipality of São Mateus-ES. The specific objectives defined were: Identify how literacy can resignify their lives and make a critical analysis about this process; observe social interactions and teaching practices in the male prison system in São Mateus; elaborate didactic-pedagogical material that contributes to the literacy of young people and adults deprived of freedom. The problem is concentrated on the question: what are the pedagogical processes and practices produced by teachers that aim at the literacy of students deprived of their liberty? The justification for choosing the theme was due to the need to deepen the academic debate on the possibilities of building specific methodologies for the literacy of the public EJA Prisional System, where their knowledge and world experiences can contribute as guides for the formulation of political curriculum proposals -pedagogical and interactionist. For this, the theoretical framework is based on authors such as Coll (2006), Cosme (2009), Ferreira (2011), Freire (1996, 1997), Gadotti (1995, 2011), Goodson (2002), Libâneo (2004, 2011), Perrenoud (2000), Traldi (2007) and others. The research qualitative had as its locus the CDPM (São Mateus Provisional and Penitentiary Detention Center (01 institution) with the class from the 1st to the 4th stage. The subjects surveyed were ten enrolled students and 02 teachers. After the development of the research and data analysis developed, the discussion and conclusions proceeded. At the end, the Final Product was presented: didactic material that will help literacy teachers in the prison system. From the referential and field research, it was concluded that literacy in the Prison System has acted effectively and focused on the critical and citizen education of its students deprived of their liberty.

Keywords: Literacy Proposal. Youth and adults. Prison system.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa etária dos brasileiros privados de liberdade em 2016.....	30
Gráfico 2: Etnia das pessoas brasileiras privadas de liberdade em 2016.....	30
Gráfico 3: Tempo em que se encontra detido no Sistema Prisional de São Mateus.....	59
Gráfico 4: Grupo étnico a que pertencem os cidadãos em liberdade privada no Sistema Prisional de São Mateus.....	60
Gráfico 5: Estado civil dos cidadãos em liberdade privada no Sistema Prisional de São Mateus.....	61
Gráfico 6: Faixa etária aproximada dos cidadãos em liberdade privada no Sistema Prisional de São Mateus.....	63
Gráfico 7: Frequentou à escola?	64
Gráfico 8: Saiu da escola?	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil dos JAPL quanto ao sexo, em 2014.....	29
Tabela 2: Número de escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio de São Mateus em 2018.....	31
Tabela 3: Número de escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio em São Mateus no ano de 2018.....	32
Tabela 4: Escolas em São Mateus que ofertam EJA – 2019.....	32
Tabela 5: Número de escola em São Mateus que ofertam EJA – 2019.....	32
Tabela 6: cidadãos privados de liberdade e suas respectivas profissões.....	62

LISTA DE SIGLAS

CDP	Centro de Detenção Provisória
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCNEB	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FVC	Faculdade Vale do Cricaré
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN	Informações Penitenciárias
JAPL	Jovens e Adultos Privados de Liberdade
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
SEDU	Secretaria de Estado da Educação
SEJUS	Secretaria do Estado de Justiça do Espírito Santo
SM	São Mateus
SME	Secretaria Municipal de Educação
SME/SM	Secretaria Municipal de Educação de São Mateus
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
2.1 O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.....	25
2.1.1 Perfil da População Carcerária Brasileira.....	27
2.1.2 Estruturação da Educação em São Mateus.....	31
2.1.3 O Docente da EJA Sistema Prisional.....	34
2.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	38
2.2.1 A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional.....	41
2.2.2 Educação Como Processo de Ressocialização.....	44
2.2.3 A Educação de Jovens e Adultos Como Meio de Transformação.....	47
2.3 A EJA E SUA RELAÇÃO COM A DIDÁTICA.....	49
2.3.1 O Docente da EJA e o Currículo.....	53
2.3.2 A Alfabetização de Jovens e Adultos.....	56
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA COM ALUNOS PRIVADOS DE LIBERDADE E COM OS PROFESSORES DO SISTEMA PRISIONAL DE SÃO MATEUS-ES.....	59
3.1 OS ALUNOS NO SISTEMA PRISIONAL DE SÃO MATEUS-ES.....	59
3.1.1 O Período em que o Aluno Está em Situação de Liberdade Privada.....	59
3.1.2 Pertencimento Ético Racial dos JAPL.....	60
3.1.3 Estado Civil dos Cidadãos de Composição Familiar em Liberdade Pri- vada no Sistema Prisional de São Mateus.....	61
3.1.4 O Campo Profissional dos Alunos Entrevistados.....	62
3.1.5 Faixa Etária dos Alunos Privados de Liberdade.....	62
3.1.6 O Processo de Escolarização.....	63
3.1.7 A Representação Pessoal do Não Letramento.....	65
3.1.8 A Compreensão dos JAPL Sobre a Educação Recebida no Sistema Prisional de São Mateus.....	66
3.2 AS PROFESSORAS NO SISTEMA PRISIONAL DE SÃO MATEUS-ES.....	68
3.2.1 A EJA no Sistema Prisional e a EJA em Classes Regulares.....	68

3.2.2 Sobre o Sentimento de Lecionar no Sistema Prisional.....	69
3.2.3 A Metodologia e Recursos Didáticos Utilizados no Processo de Alfabetização.....	69
3.2.4 As Dificuldades dos Professores Para Desenvolverem Seus Trabalhos Junto aos JALP.....	71
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
5 REFERÊNCIAS.....	77
APÊNDICES.....	81
APÊNDICE A: ENTREVISTA COM ALUNOS.....	82
APÊNDICE B: ENTREVISTA COM PROFESSORAS.....	83
APÊNDICE C: AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA.....	84
APÊNDICE D: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AO COMITÊ DE ÉTICA.....	86
APÊNDICE E: PRODUTO FINAL - MATERIAL PARA A ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL.....	87

1 INTRODUÇÃO

Este estudo nasce da minha aproximação com o tema como professora da EJA – Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional do município de São Mateus, há quatro anos. Na minha trajetória, tive, e tenho, muitas indagações, frente aos alunos que não têm o domínio da leitura e escrita. Não sabem ler nem escrever o próprio nome, nem diferenciar sons, grafemas, realizar pequenas operações matemáticas. Enfim, aqueles que não tiveram oportunidade de ir à escola na idade certa, por motivos pessoais, sociais e econômicos.

Minha formação no Magistério me deu base para atuar como professora alfabetizadora, mas inicialmente não tinha pontuação, quando submetida ao processo seletivo do município, tendo que trabalhar como secretária por cinco anos. Devido à necessidade financeira, mudei para uma área relevante, que era o Conselho Tutelar, um órgão permanente e autônomo, eleito pela sociedade para zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes.

Acompanhar as crianças e adolescentes em situação de risco, decidindo em conjunto sobre qual medida de proteção para cada caso, era um desafio a cada dia. Momento ímpar na minha vida. Fez-me crescer e ver a necessidade de uma melhor forma de educar. Atuei por quatro anos; o primeiro ano foi por uma determinação interna; os demais foram por eleições diretas. Neste mesmo período, iniciei o curso em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR.

Quando concluí o mandato no Conselho Tutelar, foi possível trabalhar com o Projeto Alfabetização e Letramento “Todas as letras”, encabeçado pela CUT, cujo objetivo maior seria que, por meio da alfabetização, as pessoas pudessem exercer plenamente sua cidadania e transformar a realidade. Baseada no método Paulo Freire, os alunos fortalecem sua identidade individual e coletiva.

Mas ainda não tinha um salário adequado; somente um pequeno benefício. Era necessário constituir a própria turma, ir de casa em casa para saber quem não era alfabetizado, mas tinha o desejo de estudar. O local onde seriam ministradas as aulas poderia ser em igrejas, associações de moradores e assim por diante. Sendo o quantitativo maior de 15 alunos. Bem complexo, devido os alunos trabalharem durante o dia e estudarem no período noturno, sendo pessoas também de idade avançada. Sem

domínio da leitura e escrita, mas com grande sonhos e desejos de aprender. Dinamizar a aula, ensinar àquelas pessoas que não tiveram oportunidade de ir à escola na idade certa era, sem sombra de dúvida, um grande desafio. Momento chave para tomar gosto pela alfabetização da EJA, conhecer um pouco mais sobre Paulo Freire, me encantar pela sua metodologia e suas obras.

Após, conheci o projeto do governo do Estado “Ler e Escrever é um Direito” e também teria que elaborar também a turma. Trabalhei por mais dois anos. Aí já tinha um salário. Senti-me entusiasmada. Fui conhecendo suas histórias de vida, falta de oportunidade, exclusão, ansiedades, desejos e sonhos... e ainda como se sentiam, por não saber ler e escrever: vergonha, desânimo, isolamento, incapacidade, mas enorme vontade de aprender.

Com o diploma de Pedagogia em mãos, foi possível efetuar a inscrição para o processo seletivo na mesma função. Indo assim, trabalhar com a EJA em uma unidade educacional com a turma, por ora, formada. Atuando também com crianças e adolescentes do primeiro ao quinto ano, o que não deixa de ser alfabetização.

Atualmente, atuo numa sala multisseriada, de primeira à quarta etapa, como professora alfabetizadora regente no Sistema Prisional, mais precisamente no CDP-Centro de Detenção Provisória, onde os alunos, trazem suas histórias de vida desregulares. Bem diferente da EJA regular.

No início, encontrei muitas barreiras por ser “pioneira” naquele ambiente, por ser um local estressante, por falta de entendimento de alguns funcionários que trazem consigo muitos rótulos, preconceitos e omissão respeito dos direitos e de uma nova oportunidade para os alunos privados de liberdade.

No decorrer do tempo, os funcionários foram sendo lapidados passando a contribuir mais com o diferencial da educação. Pois, ao perceber que os alunos passaram a ter atitudes mais tranquilas, procuraram participar mais com mensagens, vídeos e palestras além de momentos voltados a saúde dos alunos e dos funcionários, vendo assim uma parceria da educação, saúde e segurança.

A EJA oportuniza uma educação que pode reintegrar as pessoas permitindo uma nova perspectiva de vida. Pois é grande o número destes que não foram alfabetizados. Diferente da criança que está em processo de construção, não sabem ler e escrever e, quando aprendem, segundo eles, “é uma grande conquista”.

Um dos alunos relatou-me que sua identidade não tinha assinatura, apenas a digital. No entanto, quando saísse dali da prisão, iria trocá-la e escrever seu próprio

nome. Outro aluno disse que iria dar continuidade aos estudos, cuidar mais de perto de sua família, dialogar mais com sua filha, pois dificilmente a ouvia. E por fim, um aluno que aprendeu a escrever com a mão direita. Pois era esquerdo, nunca tinha ido à escola pois ficava longe de sua residência e como era o mais velho dos sete irmãos, precisava trabalhar para ajudar sua mãe, porque seu pai os havia abandonado. Vendia pão e ficava muito tempo nas ruas, foi envolvido pelo crime. Sua mão ficou comprometida, perdendo os movimentos. Precisava fazer uma cirurgia, mas foi preso. Após oito meses de prisão começou a estudar. Também aprendeu a ler e estava muito orgulho disso. Aprendeu a escrever com a outra mão. Sua letra era fascinante. Ele mostrava para todos os que chegavam para visitá-los. Saiu após três anos, recebendo a liberdade. Dizia que, chegando em casa, iria comprar livros para continuar a leitura.

Amadureci, e na minha percepção, a educação é de um caráter transformador, que oportuniza, dentro do sistema prisional, uma segunda chance àqueles que no momento estão privados de liberdade, podendo mudar suas vidas para melhor, abrindo novos caminhos, motivando-os, lendo e escrevendo, que é tudo o que eles mais almejam. Podendo eles, de fato, exercer sua cidadania e transformar a sua realidade.

A redução de pena aos que estudam está garantida na Lei de Execução Penal nº 12.433/11. Tal instrução alterou a Lei nº 7.210/84, que não previa a subtração de pena aos que estudassem dentro do Sistema Prisional brasileiro. O benefício da remição, com base na Lei nº 12.433/11, autoriza a redução de um dia da pena a cada 12 horas de estudo realizado, distribuídas em três dias. Mais do que um benefício, a educação deve ser vista como um meio de auxílio no processo de reintegração social, o que motivou o interesse pessoal pela pesquisa. Ressaltando que, a educação acima do fator benefício, é uma questão de garantia de direitos a toda pessoa deste país, inclusive aquela privada de liberdade. Neste sentido, é oferecida a modalidade educacional EJA – Educação para Jovens e Adultos¹.

Diante disso, a proposta deste estudo é analisar os desafios e as possibilidades do processo de alfabetização de jovens e adultos no Sistema Prisional em São Ma-

¹ O Estado do Espírito Santo é o que mais tem investido na Educação dos encarcerados. O Estado tem aproximadamente 4.000 internos estudando, dentro de um quantitativo de aproximadamente 15.000. O ES ocupa o 1º lugar no Brasil em oferta e cumprimento da Lei de Educação Prisional (INFOPEN, 2014)

teus-ES. Acreditamos que este trabalho se torna relevante dentro de aspectos descritivos de caracterização de como é a prática de alfabetização de jovens e adultos privados de liberdade. O estudo, aqui estruturado, não tem a intenção de se sobrepor a outros já desenvolvidos, tampouco receitar métodos de conduta. Ao contrário, busca mostrar indícios da realidade local, de forma a levar conhecimentos sobre a aquisição da leitura e escrita de alunos privados de liberdade, que estão aguardando julgamento no Centro de Detenção Provisória e também aqueles que estão cumprindo pena na Penitenciária do município de São Mateus.

A EJA oportuniza uma formação que pode reintegrar estes sujeitos, permitindo-lhes uma nova perspectiva de vida. É fato de que, neste cenário, é grande o número destes que não foram alfabetizados por diversos motivos, como, por exemplo, pessoas de classe baixa e que, por questões familiares, não puderam estudar; ou pessoas que tiveram que trabalhar desde criança ou adolescentes para ajudar na subsistência da família; aqueles que foram abandonados pelos pais e passaram a viver em situação vulnerável nas ruas, geralmente negros, moradores de periferias da cidade, com poucas oportunidades de estudo e trabalhos dignos e que acabam descobrindo o submundo da rua, do crime e, por consequência, vão ocupar o Sistema Prisional.

Diferente da criança, que está em processo de construção, o adulto já traz consigo uma bagagem de conhecimentos em relação a experiência do meio social, da família, do trabalho. Mas muitos que chegam ao sistema prisional não têm domínio da escrita do próprio nome. Não sabem ler e escrever. Sem incentivo, desmotivados, ansiosos, angustiados, vergonhosos e tristes. Na sala de aula buscam esperança de futuro. E quando aprendem, segundo eles “é uma grande conquista”. Portanto, na nossa percepção, a educação é de caráter transformador e oportuniza, dentro do sistema prisional, uma segunda chance àqueles que no momento estão privados de liberdade, podendo mudar suas vidas para melhor, abrindo novos caminhos.

Nos últimos anos, o número de alunos privados de liberdade estudando no Estado do Espírito Santo, é considerado elevado. Conforme a Secretaria do Estado de Justiça do Espírito Santo (2019).

Atualmente, são 3,5 mil presos estudando dentro de 30 unidades prisionais, desde a alfabetização até o Ensino Médio na modalidade de Educação para Jovens e adultos (EJA). Enquanto a média nacional de presos na escola é de 10% nosso índice é de 25% da população carcerária em sala de aula. Se considerarmos apenas os presos condenados, esse índice passa para 34%. Tanto que, em 2015, 2.336 presos fizeram a prova do Enem. O índice de analfabetismo também foi significativamente reduzido nos últimos anos e hoje

é de cerca de 2%.

A realidade no Espírito Santo difere do restante do País, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa e Cultura Luiz Flávio Gomes, de dezembro de 2010, do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, dos cerca de 500 mil presos no Brasil, apenas 8% estudam e a demanda por ensino é muito maior. 64% não completaram o Ensino Fundamental. Logo, verifica-se uma lacuna a ser preenchida por meio de estudos que apontem as razões do Espírito Santo destoar tanto de outros estados.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, de forma geral, destaca apropriadamente que,

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988, p. 48).

A igualdade a que este artigo se remete é em relação aos direitos, mas quando estes transgridem os seus deveres, certamente serão penalizados pela lei, que é o que acontece com as pessoas privadas de liberdade. Entretanto, independentemente de estar em liberdade ou não, o artigo 6º declara que,

São direitos sociais **a educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, p. 49). (Grifo nosso)

Este destaca que deve ser respeitada, no campo educacional, preferencialmente, pois se a educação é um direito de todos, contempla, inclusive, aqueles que estão em privação de liberdade. Para que isso aconteça, é preciso se pensar nas condições de acesso à educação, no que se refere ao Sistema prisional, de metodologias de ensino para a EJA, buscando atender às necessidades diferenciadas destes educandos, respeitando as suas especificidades.

A construção histórica da escolarização de jovens e adultos da EJA está atrelada às demandas do mercado de trabalho, que exigem determinados saberes e competências, tendo em vista a urgência de uma mão de obra qualificada. Se essas questões certamente orientam as políticas de ensino, consideremos que ganham maior notoriedade quando se tem em mente a escolarização de jovens e adultos privados de liberdade, que podem encontrar na educação uma das forças que operam em prol da melhoria da qualidade de vida, evitando qualquer tipo de segregação contra estes

alunos.

Sendo assim, a escolha pelo tema se justifica pela necessidade de aprofundamento do debate acadêmico sobre as possibilidades de se construir metodologias específicas para a alfabetização do público EJA Sistema Prisional, onde seus saberes e experiências de mundo possam contribuir para a formulação de propostas curriculares político-pedagógicas e interacionistas.

O objetivo geral da pesquisa centra-se em analisar quais são os desafios e possibilidades da alfabetização no ensino aprendizagem de jovens e adultos no sistema prisional do município de São Mateus-ES. Para que se alcance este propósito, os objetivos específicos foram delimitados em: Identificar como a alfabetização consegue ressignificar a vida de jovens e adultos privados de liberdade e tecer análise crítica sobre esse processo; observar as interações sociais e as práticas docentes no sistema prisional masculino em São Mateus; elaborar material didático-pedagógico que contribua para a alfabetização dos estudantes

É um desafio para a EJA identificar as possibilidades de melhoria no atendimento dos sujeitos dessa modalidade, enfatizando a importância do planejamento adequado de metodologias que visem facilitar todo o processo de ensino e aprendizagem.

Diante do exposto, assumimos como problema de pesquisa a seguinte premissa: quais são os processos e práticas pedagógicas produzidos pelos docentes que visam a alfabetização dos alunos privados de liberdade?

Entende-se que a pesquisa possa contribuir para o debate sobre a EJA/Educação no sistema prisional, com intuito de buscar melhorias na qualidade do ensino provido aos jovens e adultos privados de liberdade, os quais, ao retornar à liberdade, anseiam por reinserção social. Identificar pontos de aproximação e de distanciamento entre a educação/alfabetização oficialmente proposta pelas políticas públicas e o realizado na ação pedagógica, a fim de analisar a qualidade da educação ofertada na unidade, é fundamental para a análise proposta neste texto.

O estudo traçado segue a linha metodológica qualitativa e para o desenvolvimento do trabalho, inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de fontes secundárias, de maneira que este dê base e argumentação, a partir de estudos e pesquisas de autores sobre o tema ou afins. Deste modo, a investigação se deu a partir do exercício de leituras e fichamentos de livros, periódicos (jornais e revistas científicas), bem como de arquivos informatizados (sites e outros).

[...] a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Ela busca analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 63).

A pesquisa bibliográfica pode ser realizada independente, ou como subordinada da “[...] pesquisa descritiva ou experimental, quando é feita com o intuito de recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar” (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 65).

A partir da leitura de autores como Gadotti (1995), Fernandes (2010), Freire (1979) e Paiva (2006), entre outros, buscamos adquirir embasamento teórico, de maneira que nos possibilitou encontrar possíveis respostas e, assim, subsidiar o tema desenvolvido: alfabetização no Sistema Prisional de São Mateus-ES. Reforçando o conceito sobre a pesquisa qualitativa, classificando-a como exploratória, entende-se que tratará o tema e suas vertentes à voga de conceitos preexistentes.

Após as leituras desenvolvidas, realizou-se o fichamento das mesmas, a fim de que se pudesse tecer a análise e construir os conceitos, a partir de autores que também estudaram sobre o tema. Os dados construídos a partir das leituras e fichamentos foram tratados através de texto argumentativo, tendo por idealização a abordagem do tema delimitado. Se caracteriza como Estudo de Caso, o que, segundo Ventura (2007, p. 383)

[...] deverá haver sempre a preocupação de se perceber o que o caso sugere a respeito do todo e não o estudo apenas daquele caso. Portanto, pesquisar significa fazer uma escolha, pois em cada caso concreto, deve-se definir um determinado nível de agregação.

Teve como *locus* o Centro de Detenção Provisória e Penitenciária de São Mateus-CDPM (01 instituição), com as turmas da 1ª a 4ª etapas. Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram dez alunos matriculados nas referidas turmas e mais duas professoras.

O instrumento para coleta de dados foi a entrevista, com perguntas abertas e fechadas, do qual foram extraídos dados qualitativos sobre o tema abordado. O que é destacado por Miles e Huberman (1994), acerca da pesquisa qualitativa, com as seguintes características:

O papel do pesquisador é de adquirir uma visão [...] sistemática, integrada [...] do contexto em estudo; [...] o pesquisador tenta captar dados sobre a

percepção dos atores locais [...], por meio de um processo de profunda atenção [...] dos preconceitos sobre o tópico a ser discutido; ao ler [...] os materiais, o pesquisador pode isolar alguns temas e expressões que podem ser revistos com os informantes, mantendo sua forma original ao longo do estudo; a tarefa principal é a de explicar [...] como as pessoas veem, entendem, consideram, tomam decisões [...]; a maioria das análises é feita em palavras. Essas palavras podem ser reunidas, subagrupadas ou quebradas em segmentos semióticos. Podem ser organizadas para permitir ao pesquisador contrastar, comparar, analisar e conferir padrões entre elas (MILES; HUBERMAN, 1994, p. 84-85).

Entende-se que, dessa forma, a aproximação da pesquisadora com o objeto pesquisado seja relevante, de forma a tecer a argumentação necessária, a partir do olhar crítico e do conhecimento factual. Após as discussões e análise dos dados coletados, foi desenvolvido material didático como sugestão a ser vivenciado em turmas de alfabetização de jovens e adultos no sistema prisional de São Mateus.

Sobre o início da educação no Sistema prisional, o número de salas de aulas, número de alunos e educadores, o INFOPEN indica que, no ano de 2006, havia 149 estudando (início) e em 2018 este número aumentou significativamente para 3.323 no cenário estadual.

Ainda não se dispõe do detalhamento desses dados no momento. Mas, se forem somente da Penitenciária Regional de São Mateus e Centro de Detenção Provisória de São Mateus, basta contatar a Direção da Escola Ceciliano Abel de Almeida e com a Pedagoga da SEJUS, que dispõem de todos os registros.

Existe a possibilidade da implantação de cursos profissionalizante, já ofertados nas escolas regulares, nas Unidades Prisionais em São Mateus, como já existe em outras unidades. Conforme o site da SEJUS (2019):

São cursos presenciais e à distância, ofertados em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, com o Senai e também por meio do Pronatec, do governo federal. A carga horária dos cursos varia de acordo com cada capacitação. Os cursos ofertados à distância têm carga horária de 14 horas, já os cursos presenciais têm duração entre 24 e 240 horas, entre aulas práticas e teóricas. As aulas práticas são realizadas em laboratórios e salas especiais, como, por exemplo, máquinas para cursos de corte e costura, hortas e jardins para cursos de horticultura e jardinagem e de padarias para cursos de panificação.

A caracterização aqui feita do local escolhido para o desenvolvimento da pesquisa de campo é breve, até porque não há muitos elementos que se possam destacar. O espaço é destinado a cidadãos privados de liberdade, que cometeram alguma infração grave à lei e que ainda aguardam por julgamento, ou seja, ainda não foram julgados. No âmbito educacional, há uma sala adaptada para a ocorrência das aulas,

com carteiras, uma lousa e materiais copiados para os alunos. Nesse espaço, e durante as aulas, há o monitoramento integral, realizado por agentes penitenciários.

O material didático é elaborado pela professora regente, que é alfabetizadora. As cópias deste material são feitas pela escola a que o Programa é subordinado, neste caso, a instituição é Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ceciliano Abel de Almeida.

A prática de ensino é uma ação intencional, que procura atingir determinados fins e, para ser realizada, apoia-se em conhecimentos sobre como funciona a realidade da sala de aula, nos conteúdos a serem ensinados e no perfil dos alunos que são objeto desse ensino. Embora muitos profissionais conheçam como funciona a realidade das turmas de alfabetização. As situações vividas, quando o professor ensina a ler e a escrever, são singulares, não se repetem e, muitas vezes, são imprevisíveis (CASTANHEIRA; MACIEL; MARTINS, 2009, p. 36).

A prática de utilizar materiais, como folhas xerocopiadas ou caderno com planejamento de anos anteriores, não pode ser utilizada pelo docente alfabetizador, pois, como afirmam os autores acima, cada turma e cada aluno possui suas especificidades. Sempre há diferenças que devem ser consideradas em alfabetização.

Libâneo (2004, p. 222) destaca que o planejamento é um processo de organização da aula. A partir dele o professor coordena e racionaliza a atividade escolar, a aula. Para ele, a ação de planejar não está arraigada a simplesmente o preenchimento de formulários:

[...] é, antes a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentada em opções político-pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas (isto é, a problemática social, econômica, política e cultural que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que interagem no processo de ensino).

Ao planejar a leitura, por exemplo, Ferreiro e Teberosky (1995) destacam que ela deve ser entendida como imagem, pois, inicialmente, o aluno conhece as letras, as sílabas e as palavras, conseqüentemente, assimilando-as à grafia. Daí a importância de estimular o conhecimento das letras, sua junção. Ou mesmo, propor atividades que envolvam imagens conhecidas, letras do nome, rótulos, desenvolvimento da leitura a partir de temas já conhecidos por ela.

As autoras afirmam que existe a associação entre o desenho e a escrita, e esta passa a ser decodificada pelo aluno, que, depois, a assimila. E a leitura flui. O letramento surge a seguir, pois é o momento em que ele consegue ler e compreender o

que leu. Essa leitura envolve palavras, textos, imagens e necessita de autonomia em relação ao que leu e de que forma o fez.

Na alfabetização, o tempo escolar deve ser bem aproveitado. Por isso, além de planejar, é mais relevante ainda planejar, pois o que não for alcançado num dia, pode ser em outro. O letramento é algo que surge sempre interligado à alfabetização, como que dependente dela, de maneira a que ela fosse sua raiz.

Soares (2003, p. 8) apresenta essa ligação entre a alfabetização e o letramento como,

[...] a discussão do letramento surge sempre enraizada no conceito de alfabetização, o que tem levado, apesar da diferenciação sempre proposta na produção acadêmica, a uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos, com prevalência do conceito de letramento.

Tanto a alfabetização quanto o letramento têm tempo para que o aluno aprenda, e isto acontecerá por toda a sua vida, pois o tempo de aprender é contínuo. O tempo escolar envolve a rotina, a cobrança, a ansiedade do professor em desejar que ele leia. Não se deve, no entanto, comparar esse tempo com o tempo de aprendizagem, uma vez que este envolve a maturação, seu envolvimento e desejo em aprender.

Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das agências de letramento, preocupa-se, não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de prática de letramento, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico), processo geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola. Já outras agências de letramento, “como a família, a igreja, a rua como lugar de trabalho, mostram orientações de letramento muito diferentes” (KLEIMAN, 1995, p. 20).

Para Soares e Batista (2005, p. 47),

[...] esse conceito de alfabetização foi sendo progressivamente ampliado, em razão de necessidades sociais e políticas, a ponto de já não se considerar alfabetizado aquele que apenas domina o sistema de escrita e as capacidades básicas de leitura e escrita, mas aquele que sabe usar a linguagem escrita para exercer uma prática social em que essa modalidade da língua é necessária.

Nesse sentido, estar alfabetizado precisa envolver mais do que necessariamente ler. Importa que se compreenda o que leu e faça associações do que leu, utilizando-se do conhecimento em leitura para a aplicação nas relações que se estabe-

lece com outras pessoas. Atividades que desenvolvam a leitura precisam ser direcionadas pelo professor, pois o aluno ainda não tem autonomia com as palavras de modo amplo, mas restrito à sua capacidade cognitiva.

Na alfabetização, tanto no caso de crianças quanto no caso de adultos, é necessário que as atividades sejam desenvolvidas com o apoio de recursos didáticos, quer sejam revistas, materiais lúdicos, mídias, etc., algo que o aluno possa fazer associações, e não conteúdos abstratos, soltos, sem uma relação com o mundo em que vive.

Para melhor compreensão e organização, a presente dissertação está dividida em capítulos. O primeiro capítulo enfoca o sistema prisional brasileiro, o perfil da população carcerária brasileira e a caracterização da EJA no município de São Mateus, partindo do geral para o local.

O segundo capítulo abrange a Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional, em comparação com o ensino regular; prosseguindo, aborda-se a educação como processo de ressocialização dos cidadãos; passa-se a apresentar a EJA focada não apenas em conteúdo, mas, principalmente, em transformação; e o que caracteriza o docente na EJA do Sistema Prisional.

No terceiro capítulo, apresenta-se o docente da EJA e sua relação com a Didática, afinal ele é o mediador, o alfabetizador e precisa orientar seus alunos, com base no currículo, nas necessidades e na realidade dos educandos. O quarto e último capítulo discorre sobre a pesquisa de campo, a coleta e análise dos dados para o estudo de caso e, finalmente, as discussões e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Atualmente, o sistema prisional brasileiro enfrenta sérios problemas em sua funcionalidade. Isto devido a vários motivos, que vão desde a estrutura física, que não comporta seu contingente, passam pelo reduzido número de profissionais para atendimento, assim como do despreparo do material didático que, na maioria das vezes, não atende às demandas necessárias à sua utilização (CARREIRA, 2019). Sendo assim, há o comprometimento da eficácia em seu papel para com a sociedade. Deste modo, salienta ainda a autora que,

[...] a ampliação do encarceramento não é seguida do crescimento do número de agentes penitenciários. Grande parte das unidades prisionais carece de número adequado de agentes, sobrecarregando os(as) profissionais existentes e tensionando ainda mais o ambiente prisional, potencializando a ocorrência de abusos de poder, arbitrariedades diversas e conflitos violentos. Encontramos unidades em que dois agentes eram responsáveis pela segurança de pavilhões com quinhentos detentos cada (CARREIRA, 2019, p. 83).

Também devemos destacar a superpopulação encarcerada e a morosidade da justiça no atendimento aos processos penais, que apresenta-se como um dos maiores problemas dentro da instituição prisional, pois, nos últimos anos, o número de privados de liberdade cresceu em nosso país. Segundo relatório do Levantamento de Informações das Penitenciárias (BRASIL, 2019), o Brasil chegou a ocupar o 4º lugar, com maior população carcerária do mundo. Arelado a tudo isto, existe a inabilidade do Estado em prover condições dignas, que atendam a demanda, o que ocasiona graves problemas, tais como rebeliões, doenças físicas e psicológicas, superlotação, entre outros.

Quanto à justiça, esta se constitui num estado de morosidade, devido, especialmente, ao reduzido número de efetivo, que diz respeito a juízes e promotores públicos, para executar os julgamentos e as efetivações penais. O que resulta em um considerável contingente populacional no espaço da “prisão provisória”, cumprindo longas penas, as quais, por vezes, poderiam ser cumpridas através de ações alternativas, ou ainda na liberação daqueles que já cumpriram suas respectivas penas, assim como os demais “benefícios”, como situa a autora no Relatório Nacional para o Direito Humano:

Além do número excessivo de prisões provisórias, tais problemas se revelam na lentidão em garantir benefícios previstos na lei de execução penal, na demora para a soltura de pessoas que já cumpriram suas penas (estimado em 9 mil pessoas) e na limitada presença de juízes e promotores nas unidades prisionais (CARREIRA, 2019, p. 20).

Assim, fica evidente a lentidão no sistema, quanto o processo de execução das penas, bem como a necessidade de um efetivo maior, no propósito da resolução do problema, visto que aponta, especificamente, para o efetivo profissional. Também vale pensar que, quanto antes resolvida a questão, menos tempo a pessoa em situação de liberdade privada ficaria institucionalizada, e certamente maiores seriam as chances de sua ressocialização.

Visto assim, as reais condições de funcionamento encontradas no sistema prisional brasileiro, no âmbito geral, de acordo com a análise do levantamento de dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN), demonstram as diferenças existentes das instituições prisionais, entre os estados deste país. É possível perceber a situação do Espírito Santo, que se encontra entre aqueles de melhor posição, quanto aos acertos na administração e utilização de profissionais. Exemplo disso é o fato de que este Estado possui a população prisional com maior índice de pessoas estudando (BRASIL, 2019, p. 9).

QUADRO 1: Percentual dos JAPL do sistema prisional que estudam no Brasil, por Estado

ESTADO	Nº DE INTERNOS	PERCENTUAL QUE ESTUDA
Acre	3.330	2,3%
Alagoas	4.774	130%
Amapá	2.045	0,0%
Bahia	15.660	29,5%
Fortaleza	3.450	49%
Distrito Federal	16.766	38%
Espírito Santo	22.000	34%
Goiás	21.886	4%
Maranhão	3.946	19,1%
Mato Grosso	11.800	80%
Mato Grosso do Sul	6.321	30%
Minas Gerais	71.967	0,23%
Pará	5.434	5%
Paraíba	12.808	14%
Paraná	2.200	47,72%
Pernambuco	30.780	28%
Piauí	4.753	40%
Rio de Janeiro	51.511	9%
Rio Grande do Norte	9.848	4,1%
Rio Grande do Sul	928	10%
Rondônia	672	70%

Roraima	3.234	4,4%
Santa Catarina	26.628	14%
São Paulo	236.000	14,2%
Sergipe	27.286	3,6%
Tocantins	11.000	47%

Fonte: Brasil (2019).

Mesmo que se diferenciem as formas estruturais que são aplicadas em cada Estado da Federação, ainda assim, os problemas são, de alguma maneira, pertinentes a todos os Estados. Contudo, há poucos casos de prisões funcionando adequadamente, algo que não deve ser apresentado como forma de “destaque”, uma vez que existir um ambiente propício a sua efetividade deve ser algo “normal”, comum e não colocar em evidência aquilo que deveria ser correto no cumprimento dos deveres do Estado e do direito do ser humano, da pessoa em situação de liberdade privada.

2.1.1 Perfil da População Carcerária Brasileira

De acordo com Carreira (2019), a população que compõe o sistema prisional brasileiro é de homens negros, com baixo nível de instrução ou analfabetos. Condição originária em desde a constituição do Estado Brasileiro, que teve um percentual de sua população escravizada, sem acesso aos direitos fundamentais, que até mesmo não eram executados neste território para dada população. Sendo assim o perfil carcerário brasileiro condiz com o seguinte fato:

População que, em sua maioria, apresenta trajetórias marcadas pela falta de acesso a direitos básicos como a alimentação, saúde, educação, trabalho, segurança, entre outros. Grande parte dessas pessoas, antes de ser presa, estava desempregada ou vinculada ao subemprego (CARREIRA, 2019, p. 82).

Historicamente, após a escravidão a população negra dita “liberta”², foram “jogadas” nas ruas sem nenhuma garantia de sobrevivência, pois, não tinham empregos, nem terras nem bem algum e tiveram que procurar seus meios para sobreviver. Ao longo da história, de acordo com Telles (1996) registra-se que a população crescia sem nenhuma garantia de direitos, sem acesso a qualificação, instrução, entre outros.

² Observa-se a Lei Áurea, Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, foi sancionada com apenas dois artigos: Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil; Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário (BRASIL, 1888). A referida Lei não apresenta nenhuma regulamentação sobre o destino da população negra.

E logo ocuparam-se dos subempregos que a sociedade oferecia. Poucos eram aqueles que conseguiam estar dentro do percentual de capacitados e instruídos adequadamente.

No período da revolução industrial e o crescimento das metrópoles, grande era o número de população negra, refugiadas nas grandes cidades, em busca de oportunidade, porém completamente alheio ao sistema, que argumentava requerer pessoas instruídas e qualificadas, ficando nas ruas, lançados à própria sorte, tornando-se o expurgo da cidade, a qual não absorvia aquele contingente de pessoas, principalmente naquela situação. Em meios aos demais, tornavam-se também fruto das expressões da questão social (TELLES, 1996).

A questão social tem origem nas transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas a partir da industrialização. Também constituída como fenômeno dos setores atingidos pelo desenvolvimento econômico – exploração x trabalho –, que expulsou do mercado de trabalho a população negra, tornando-a disfuncional, pelo racismo, que teve como impacto na sociedade civil as expressões das inúmeras questões sociais, tais como a pobreza, o desemprego, o agravamento da violência, entre outros,

[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação (TELLES, 1996, p. 85).

Atrelado à evolução histórica, veio também diferenciação e discriminação entre negros e brancos, que abarca uma série de fatores como: instrução, empregos, salários, “*status social*”, entre outros. Cabe ressaltar ainda estigma, criado ao longo do tempo em que foram taxados como preguiçosos, vagabundos, burros e, por fim, na atual sociedade, “bandidos”. Foi assim criado um estereótipo do negro, abarcando tais características, que ainda muito se repetem na atualidade (TELLES, 1996).

Assim, daqueles que ficaram marginalizados, parte tornou-se marginal de fato, seja pela má situação favorável na qual se encontravam. Talvez possamos dizer que, atualmente, também por suas escolhas, é que, infelizmente, hoje compõem 84% da população carcerária brasileira, como situa o INFOPEN (BRASIL, 2019, p. 18), visto que, em seus dados, mais de 60% são “criminosos não brancos, do sexo masculino, mais pobres, menos escolarizados com pior acesso a defesa, reincidentes e jovens

na faixa de 18 a 30 anos”.

Visto assim, tais explicações deixam evidente o perfil dos brasileiros jovens e adultos, assim como as origens destes.

Segundo estimativa do IBGE (2019, p. 2), a população mateense é de 150.000 habitantes. E, conforme estudo realizado através da Secretaria Municipal de Educação (2019), das 61.328 pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, registradas no censo, 16.923 estavam em condição de analfabetismo funcional³, o equivalente a 27,6% da população.

Pode-se traçar um perfil da população carcerária no Brasil, atualmente, conforme dados do INFOPEN (BRASIL, 2019), em que se apresentou o seguinte, quanto ao gênero desses:

Tabela 1: Perfil dos JAPL quanto ao sexo, em 2014

SEXO	QUANTIDADE
Homens	542.401
Mulheres	37.380

Fonte: INFOPEN (BRASIL, 2016)

Dessa forma, o total de pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário Brasileiro é de 579.781 (BRASIL, 2019), observando que o percentual de homens é bem maior que o de mulheres. Os dados não apresentam informações de pessoas transgênicas.

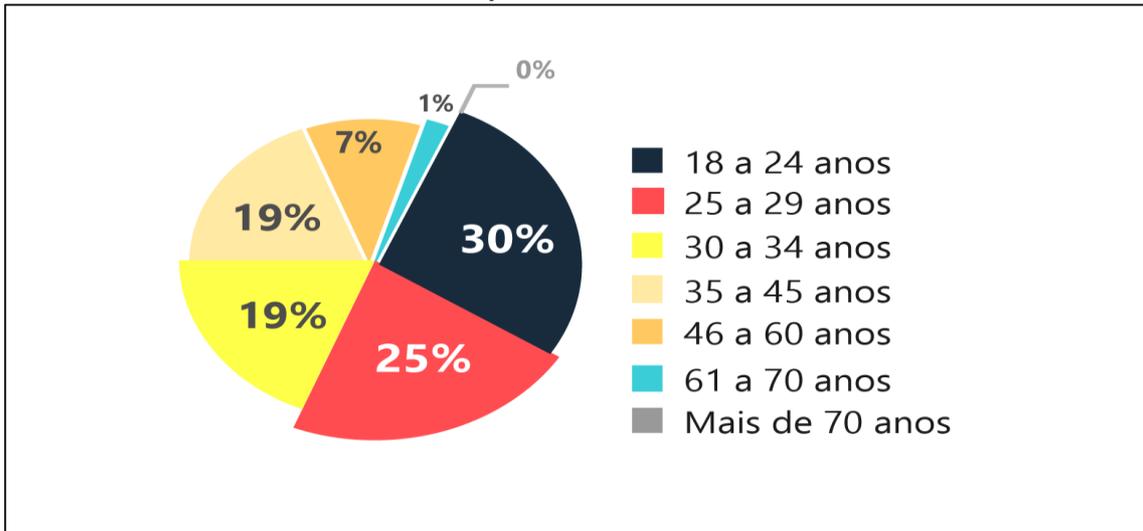
Em se tratando de dados sobre o assunto (BRASIL, 2016, p. 5), no que diz respeito às mulheres,

Em geral, as mulheres submetidas ao cárcere são jovens, têm filhos, são as responsáveis pela provisão do sustento familiar, possuem baixa escolaridade, são oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento.

Importante, então, aqui, é destacar, no que diz respeito à questão da idade, que,

³ Conforme o Instituto Paulo Montenegro (2010), é considerada analfabeta funcional a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever, não tem as habilidades de leitura, de escrita e de cálculo necessárias para viabilizar seu desenvolvimento pessoal e profissional. [...] Corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços etc.).

Gráfico 1: Faixa etária dos brasileiros privados de liberdade, em 2016



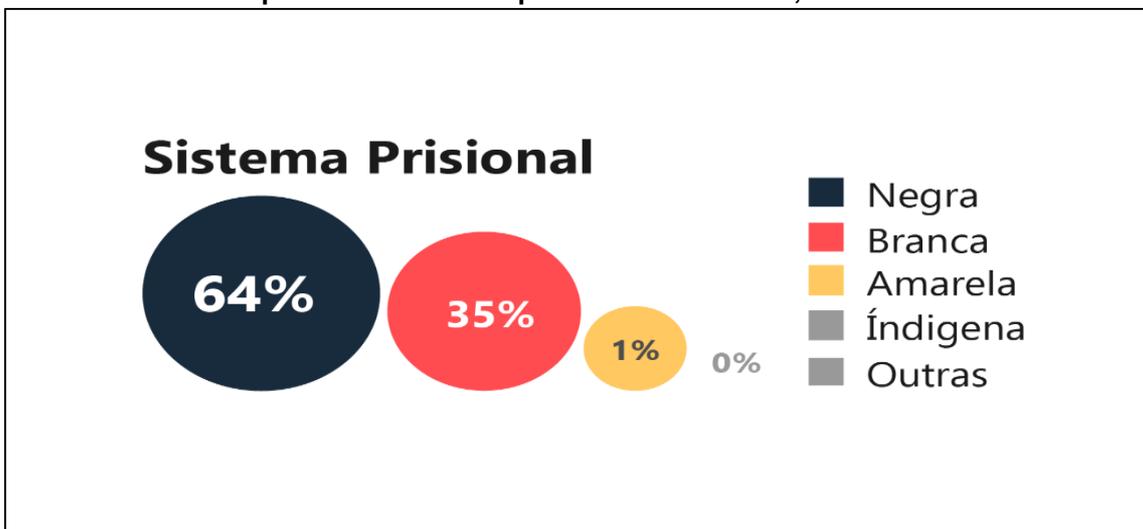
Fonte: Brasil, 2016.

Nesse sentido, o gráfico 1 disponibilizado pelo INFOPEN (BRASIL 2016) destaca que a população de pessoas em privação de liberdade é jovem, estando 30% entre 18 e 24 anos; e 25% entre 25 e 29 anos, os maiores percentuais.

Do universo total de presos no Brasil, 55% têm entre 18 e 29 anos. Observando-se o critério por estado, as maiores taxas de presos jovens, com menos de 25 anos, são registradas no Acre (45%), Amazonas (40%) e Tocantins (39%) (BRASIL, 2016, p. 5).

Seguidamente, em se tratando do quesito etnia, ou cor da pele o INFOPEN (BRASIL, 2016) apresenta o perfil das pessoas em liberdade privada, o seguinte (Gráfico 2).

Gráfico 2: Etnia das pessoas brasileiras privadas de liberdade, em 2016



Fonte: Brasil, 2016.

Destaca-se, conforme análise do gráfico 2, do INFOPEN (BRASIL, 2016), que a população negra prevalece nos presídios brasileiros, com 64%. São 14% a mais que a metade. O gráfico mostra também que não há registros de indígenas e outras etnias, além da negra, branca e amarela.

Quando estratificado segundo a cor da pele, o levantamento mostra que 64% da população prisional é composta por pessoas negras. O maior percentual de negros entre a população presa é verificado nos estados do Acre (95%), do Amapá (91%) e da Bahia (89%) (BRASIL, 2016, p. 8).

O INFOPEN (BRASIL, 2016) insere dados, destacando que 40% dos mesmos são formados por provisórios. Os crimes relacionados ao tráfico de drogas são a maior causa de condução das pessoas às prisões, com 28% da população carcerária total. Roubo e furtos somados, chegam a 37%. Homicídios representam 11% dos crimes que causaram a prisão.

Partindo do geral para o local, ou seja, de dados coletados em nível nacional para os coletados no Estado e no município de São Mateus, temos algumas informações relevantes.

2.1.2 Estruturação da Educação em São Mateus

Para atender à demanda de vagas, segundo a pesquisa, o município contava, em 2018, com 107 escolas de Ensino Fundamental e Médio (Tabela 2).

Tabela 2: Número de escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio de São Mateus em 2018

Nível de ensino	Escola Estadual	Escola Municipal	Escola Privada	Escola Federal	Total
Ensino Fundamental	11	77	08	0	96
Ensino Médio	06	0	05	0	11
Total de escolas					107

Fonte: Secretaria Estadual de Educação - SEDU/2018

De acordo com esse estudo, das 96 escolas de Ensino Fundamental, 19 ofertavam EJA no Ensino Fundamental e das 11 do Ensino Médio, 03 ofertavam a EJA. Entretanto, conforme dados da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo, esse quadro de ofertas mudou: o Ensino Fundamental é ofertado por 72 escolas municipais, 11 estaduais e 8 privadas; o Ensino Médio apresenta 13 instituições, das

quais, 6 são estaduais e 7 são particulares (Tabela 3).

Tabela 3: Número de escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio em São Mateus no ano de 2018

Nível de ensino	Escola Estadual	Escola Municipal	Escola Privada	Escola Federal	Total
Ensino Fundamental	11	72	08	0	91
Ensino Médio	06	0	07	0	13
Total de escolas					104

Fonte: Secretaria Estadual de Educação - SEDU/2018

De acordo com o levantamento realizado na SME/SM e na Superintendência Regional Norte de Educação – SRE – São Mateus, dessas 104 escolas, 16 ofertam EJA.

Chama a atenção a queda na oferta dessa modalidade na rede municipal. Segundo Cosme (2009, p. 58), em 2007, 03 escolas estaduais ofertavam a EJA Ensino Médio e 16 escolas municipais ofertavam a modalidade no Fundamental.

Atualmente, 2019, são apenas 8 municipais (Tabela 4). Essa diferença em dez anos é muito grande, o que traduz uma queda no número de matrículas nessa modalidade de ensino.

Tabela 4: Escolas em São Mateus que ofertam EJA – 2019

Nível de ensino	Escola Estadual (06 ⁴)	Escola Municipal (08)
Ensino Fundamental	04	08
Ensino Médio	03	00

Fonte: Secretaria Estadual de Educação -SEDU/2019

A tabela seguinte ilustra a distribuição das escolas nos espaços campo e cidade no município.

Tabela 5: Número de escola em São Mateus que ofertam EJA – 2019

Nível de ensino	Escola Estadual		Escola Municipal	
	Campo	Cidade	Campo	Cidade
Ensino Fundamental	02	02	02	06
Ensino Médio	00	03	00	00

Secretaria Estadual de Educação-SEDU/2019

⁴ A mesma escola da rede estadual oferta EJA de Ensino Fundamental e Médio.

Os números acima chamam a atenção para dois pontos, um dos quais, Cosme (2009, p. 93) já apontava no seu estudo: a relação entre o número de matrículas da EJA no Ensino Médio e o de escolas correspondentes, além de serem todas no meio urbano. São palavras dela.

[...] Uma primeira consideração a esse respeito deve ser feita: sobrecarga de alunos nas escolas. Em conversa com uma das diretoras, ela nos disse que, além do número expressivo de matrículas, a escola mantinha uma lista de espera de alunos que dava facilmente para formar novas turmas (COSME, 2009, p. 93).

Destaca-se que, da época da referida pesquisa para os dias atuais, pouco ou quase nada aconteceu para reverter tal situação, uma vez que o número de escolas de Ensino Médio continua o mesmo, sem alterar a oferta nos espaços rural e urbano, reforçando, assim, a indicação da autora, quando esta alerta sobre a necessidade de aumento na oferta de EJA na cidade e no campo.

O outro ponto suscitado (Tabela 5) diz da redução das escolas que ofertam EJA sob a dependência da municipalidade. De acordo com o levantamento realizado na SME/SM, até dezembro de 2008, havia 16 escolas ofertando a modalidade e salas de aulas avulsas com turmas de EJA em espaços comunitários, fora do ambiente escolar propriamente dito.

Conforme a Secretaria Municipal de Educação, a partir do primeiro ano da administração municipal anterior (que ficou por dois pleitos consecutivos), a EJA passou, pela primeira vez na cidade, a ser ofertada em escolas polo, isto é, escolas grandes, estrategicamente escolhidas pela SME/SM, capazes de absorver o maior número de matrículas. Atualmente, são 8 polos de EJA, dos quais dois estão do meio rural. O número de alunos que buscam formação, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio é pequeno, considerando a população mateense.

Através dos dados apresentados nas tabelas (Tabelas 2, 3 e 4), percebeu-se que as escolas da rede municipal disponibilizam mais escolas e vagas para a Educação de Jovens e Adultos em sistema prisional; na rede estadual o quantitativo é menor de escolas.

A tabela 5 evidencia que, tanto as escolas do campo, quanto as do meio urbano, ofertam vagas na Educação de Jovens e Adultos. No entanto, no número de escolas que estão localizadas na cidade é maior, devido à demanda existente nesta área.

2.1.3 O Docente da EJA Sistema Prisional

Para que se compreenda a didática e o seu papel na prática pedagógica do docente do sistema prisional, faz-se necessário explicar quem é o educador e como ele compreende o fenômeno educativo, tendo em vista as diretrizes que orientam sua atuação pedagógica.

Entendendo a educação no seu sentido geral, pode-se dizer que educadores são todos os membros de uma sociedade. É interessante como Alves (1983) compara, de forma metafórica, o educador com o professor:

Eu diria que os educadores são como velhas árvores. Possui uma face, um nome, uma história a ser contada. Habitam um mundo em que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma entidade sui generis, portador de um nome, também de uma história sofrendo tristezas e alimentando esperanças. E a educação é algo para acontecer neste espaço invisível e denso, que se estabelece a dois. Espaço artesanal. Mas professores são habitantes de um mundo diferente, onde o educador pouco importa, pois o que interessa é um crédito cultural que o aluno adquire numa disciplina identificada por uma sigla, sendo que, para fins institucionais, nenhuma diferença faz aquele que a ministra. Por isso mesmo, professores são entidades descartáveis, coadores de café descartáveis, copinhos plásticos de café descartáveis (ALVES, 1983, p. 17-18).

Percebe-se que falta ao educador prisional, bem como àqueles dos demais níveis de ensino, a percepção da sua importância política na Educação. Vale lembrar que “a educação é um ato político – um ato que sempre é praticado a favor de alguém, de um grupo, de algumas ideias e, conseqüentemente, contra outro alguém, contra outro grupo e contra outras ideias” (FREIRE, 1996, p. 37).

Trazendo essa ideia para a realidade da sala de aula, quanto mais o professor direcionar a turma para os seus desejos e formas, menos esses alunos estarão se manifestando, o que para muitos significa uma “turma que não dá trabalho”, pois não questiona nada, não se incomoda com nada, aceita a tudo passivamente. Assim também é na vida, em que cidadãos, por variadas vezes, se curvam diante das ações e atitudes governamentais, por julgar que sejam subordinados a estes e a suas leis, devendo, assim, aceitar o que lhes é imposto.

É inadmissível que a educação se faça com concepções acerca do homem como um ser vazio, em que são postas informações, ideias, conteúdos e que, ao final, este esteja apto para conviver no mundo. Esta ideologia é ultrapassada. A educação bancária deveria ter ficado lá atrás, na educação tradicional (FREIRE, 1979).

Os seres humanos devem ser politizados e não domados; experientes, e não

passivos; pessoas comprometidas e parceiras, que caminham lado a lado com o mundo, que o entendem como parte de sua vida e lhe conferem a mesma característica, ou seja, que faça parte dele, que o formam e o façam desenvolver-se.

É importante que haja uma melhor preparação dos programas de formação docente, tendo em vista que muitos só terão esse contato com essa teoria nos cursos que fizerem.

Mesmo quando os programas de formação no ensino passam para o âmbito da universidade, a teoria não desempenha um papel comparável ao que tem na formação dos engenheiros, dos médicos ou na dos administradores. A (re) descoberta da complexidade do ofício de professor está menos ligada à crítica à ilusão cientificista do que à descoberta dos limites do bom senso no que se refere a prescrições metodológicas, sobretudo quando as condições e as ambições da prática se transformam (PERRENOUD, 2000, p. 15).

Dessa maneira, entende-se que as diferentes perspectivas pessoais e profissionais do docente do sistema prisional envolvem diferentes modos de compreender e organizar o processo ensino-aprendizagem, e, por isso, a sua ação educativa e a sua prática pedagógica configuram sempre uma opção política.

Subjacente a esta prática, estaria presente, implícita ou explicitamente, de forma articulada ou não, “um referencial teórico que compreendesse os conceitos de homem, mundo e sociedade, cultura, conhecimento etc.” (MIZUKAMI, 2006, p. 4).

No entanto, o docente pode adotar um ou outro aspecto das diferentes tendências, desde que não vá contra os princípios que norteiam a sua forma de pensar e agir. Ou seja, mesmo tendo ideias progressistas, nada o impede de adotar, em sua prática, ideias tradicionais. Na prática, vale a diversidade, o que realmente funciona a partir da pesquisa e da adequação ao que se pretende.

Um profissional reflexivo não se limita ao que aprendeu no período de formação inicial, nem ao que descobriu em seus primeiros anos de prática. Ele reexamina constantemente seus objetivos, seus procedimentos, suas evidências e seus saberes. Ele ingressa em um ciclo permanente de aperfeiçoamento, já que teoriza sua própria prática, seja consigo mesmo, seja com uma equipe pedagógica (PERRENOUD, 2000, p. 44).

Vale destacar que, até o presente momento, não há uma teoria definida como a perfeitamente correta e adequada ao processo ensino-aprendizagem. Cada uma carrega o ideal de uma época e de seus precursores. O docente pode se valer de uma porção de cada uma das que julgar mais interessantes ao seu trabalho. Porém, defendemos que, quando o docente fecha os olhos para essa abordagem científica, para a pesquisa, ele não se mostra preparado para mediar o conhecimento, para atender

ao aluno em suas especificidades, como se ele estivesse preparado para ensinar, apenas, como acontecia na educação bancária descrita por Freire (1996).

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p. 32).

Os alunos levam para a escola muitos conhecimentos. Mesmo porque São pessoas com experiências de vida, já bastante recheadas de saberes. É incoerente acreditar que não saibam nada e que aprenderão apenas na escola. Principalmente hoje, em meio aos acessos tecnológicos, em que a *internet* existe em celulares, *notebooks*, *tablets* e outros meios, os discentes, desde crianças a adultos, mantêm ligação com muitas informações. Tais dados não estão soltos. Aí entra a figura docente, que, através de sua metodologia, procurará canalizá-los, se configurando-os como conhecimento. Libâneo (2004) reforça que os professores não podem, de forma nenhuma, se desvencilhar do conteúdo da sua disciplina, contextualizando e orientando o aluno, a fim de que o faça ser aplicado e útil na sua vida prática.

Para isso, a escolha e a administração do conteúdo devem ter como propósito a sua utilidade prática e o seu teor científico. O autor propõe que os conteúdos sejam algo substancial, a fim de que as pessoas se envolvam e interfiram na própria realidade que as cerca.

Sem pretender afirmar que a formação acadêmica dos professores é ideal, temos de reconhecer que ela é inferior à sua formação didático-pedagógica. O desequilíbrio é grande no ensino médio e maior ainda no superior, já que uma parte dos professores ocupa sua função sem ter nenhuma formação didática (PERRENOUD, 2000, p. 49).

Nesse sentido, a didática se instala entre o pedagógico e a docência. Isto significa que ela faz a ligação entre o “para quê” (opção político-pedagógica) e o “como” da prática escolar (a prática docente). E a escola não deve ser apenas uma instituição em que se depositam, se guardam e arquivam nos alunos os depósitos, isto é, uma instituição com a concepção bancária da educação. Deve ser, sim, um espaço que estimula a criatividade e a transformação, a reinvenção, a busca inquieta por aprender e uma realidade permanente de valorização do ser e de tudo que faz parte dele (FREIRE, 1996). Não há como a escola receber alunos e torná-los pessoas estáticas, sem objetivos e perspectivas, seres que vivam de “doações” de conhecimentos. É

imprescindível que professores e alunos dividam seus conhecimentos, se façam juntos e caminhem juntos. É bem mais interessante ser professor de experiências compartilhadas do que apenas de experiências narradas.

No entanto, o que se vê é que cada educador se encontra preso à concepção de educação na qual acreditava no momento de sua formação. Ele tem a forma elementar e as ideias concebidas até o momento em que conclui sua graduação como a ideal, a que utilizará em sua prática.

Ao que se percebe, o discurso do docente superior pode ser entendido como progressista, atualizado, crítico e reflexivo. Entretanto, sua prática, ainda está inserida na concepção tradicional e tecnicista de ensino. Ou seja, teoria e prática se apresentam distanciadas.

Constata-se que grande parte dos educadores busca seguir algum modelo de ensino, podendo ser o que conhece da sua formação, de literatura na área, de colegas de trabalho, ou mesmo através do conhecimento histórico. Não há de se considerar que o que funcionou em relação à aprendizagem de outra turma ou professor, em estudos científicos, ou em determinado ano ou século funcionará agora; entretanto, pode também dar certo, a partir de adaptações condizentes com as especificidades da atualidade.

O profissional pode se voltar a seus próprios valores se eles forem capazes de guiá-lo sem hesitação e de fazê-lo investir na luta contra o fracasso e o elitismo, na educação para a cidadania ou na instrução propriamente dita, na negociação ou na sanção. Alguns profissionais têm o azar e a sorte de *duvidar*. Eles não têm certeza de saber que linhas de conduta devem adotar. Nesse caso, eles precisam dispor dos recursos intelectuais capazes de reconstruir *certezas provisórias*. Isso poderá ser alcançado com maior facilidade se trabalharem em equipe, mas não os dispensará de refletir, de pesar os prós e os contras, de pensar nas contradições e de buscar um ponto de equilíbrio desconfortável, que representa um frágil compromisso entre valores e finalidades contrapostos (PERRENOUD, 2000, p. 55).

Por outro lado, também se constata que existem docentes voltados a um trabalho mais direcionado ao conteúdo e sua funcionalidade, bem como a realidade do aluno. A prática desses profissionais, educadores, não deve jamais estar voltada a modismos, a ideias desconhecidas e a fórmulas de se educar. É preciso, antes de tudo, ter perfil para ser educador, coerência para traçar suas metas e coragem para alcançá-las.

A identidade docente, como a dos demais profissionais, se constrói em um de-

terminado contexto, em um determinado tempo histórico, adquirindo novas características para responderem a novas demandas da sociedade. Portanto, não é um dado imutável, é algo que caminha com evolução da humanidade.

Importa abordar o docente do sistema prisional, geralmente professor especialista em Educação de Jovens e Adultos, ou outra área específica do conhecimento, sem formação para lidar com pessoas que cumprem pena, com restrição de recursos materiais, de recursos sociais externos e internos, recluso e aguardando o cumprimento de suas sentenças. Assim, este professor tem papel relevante na formação discente, pois sua prática fará muita ou pouca diferença na vida do aluno e em sua participação acadêmica, em que a maioria se inclui para redução da pena a cumprir.

O próximo ponto abrange o que significa a Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional, categoria distinta do que se conhece nas escolas que ofertam essa modalidade de ensino. Fora desses espaços não escolares.

2.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Segundo Gadotti (1995, p. 31), até a Segunda Guerra Mundial, a Educação de Adultos no Brasil era integrada à Educação Popular, ou seja, uma educação para o povo, difusão do ensino elementar. Somente depois da Segunda Guerra Mundial é que a Educação de Adultos foi concebida como independente do ensino elementar. Vista a partir necessidade de capacitação do trabalhador em meio ao desenvolvimento do país.

O autor define a Educação de Adultos, em âmbito histórico, dividida em três períodos. O primeiro, de 1946 a 1958, quando foram realizadas campanhas nacionais de iniciativa oficial para erradicar-se o analfabetismo (GADOTTI, 1995). Em que se pretendia capacitar o máximo de adultos possível, uma vez que a necessidade do mercado de trabalho, dentro deste perfil, era eminente, e uma gama da população trabalhadora encontrava-se analfabeta, pois dada época o acesso a escolarização era restrito a classe elitista.

De 1958 a 1964 ocorreu o segundo período. Em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, tendo a participação marcante de Paulo Freire. Esse congresso oportunizou a melhoria para o problema da alfabetização, que desencadeou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964 (GADOTTI, 1995). O regime entendeu que

que a educação crítica-reflexiva sugerida por Paulo Freire poderia ser um grande problema para continuidade do exercício de dominação da classe trabalhadora, a qual encontrava-se no anseio em reduzir a desigualdade e os privilégios da hegemonia dominante.

No terceiro período, iniciado após a década de 1965, momento em que surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), projeto que foi concebido como um sistema que visava o controle da alfabetização da população, principalmente a rural. Porém, se mostrou como uma educação tecnicista, voltada aos interesses do mercado econômico e supressor das ideias críticas defendidas por Freire. Com a re-democratização (1985), a "Nova República" extinguiu o MOBRAL e criou a Fundação Educar. Assim sendo, a Educação de Adultos foi enterrada pela "Nova República" (GADOTTI, 1995).

Contudo, dado o momento democrático, as novas concepções teórico-educacionais, a própria Constituição Federal de 1988 altera o viés da educação no país, uma vez que se situa no âmbito do direito de todos. Nisto inicia momentos de garantia, busca e acesso aos direitos, assim como, a atualização do Estado em prover os meios para tal e, por sua vez, busca adequar-se a esse novo pensamento, o qual emerge da população na luta pelo acesso aos seus direitos básicos.

Conforme Fernandes (2010), o Governo Federal encontra-se desarmado teórica e praticamente para enfrentar o problema de oferecer educação de qualidade para todos os brasileiros, incluída aí a população carcerária. Apesar da vigência da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, do Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, documentos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, e da nova LDB nº 9.394/96, o Governo Federal Brasileiro vem deixando seus compromissos em relação a tão importante e delicado problema.

Sabemos que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, e que a mesma não é ofertada de maneira igualitária para todos. Sabe-se, ainda, que a grande maioria da população, bem como as pessoas privadas de liberdade, não tem acesso à educação. Independentemente de raça, faixa etária, condição sócio econômica, religião e qualquer outra distinção entre os cidadãos, a Constituição Federativa do Brasil (BRASIL, 1988, p. 46) determina, em relação à educação, que,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

No mesmo propósito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996, p. 23) traz, em seu bojo, que,

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo.

A educação é um direito dos cidadãos, não especificando se estes devem estar, ou não, privados de liberdade, mas que seja legalmente constituída, nem que para isso o Ministério Público seja acionado de forma a que a lei se cumpra. Nesse sentido, entende-se que a Educação de Jovens e Adultos é um nível de ensino voltado para essa clientela, que, por razões diversas, se afastou do meio escolar e, em dado momento de sua vida, conforme suas necessidades, retornam a esse contexto ou estão privados de liberdade e necessitam retomar os estudos.

A ideia que pretendemos elencar aqui é de uma educação baseada nos princípios de Paulo Freire, que se direciona à liberdade, não apenas no sentido literal da palavra, mas de uma vida digna, social e consciente de seu papel como cidadão.

Para Menezes e Santiago (2014, p. 50), a educação que se apresenta como libertadora,

[...] tem, fundamentalmente, como objetivo desenvolver a consciência crítica capaz de perceber os fios que tecem a realidade social e superar a ideologia da opressão. Na verdade, esse não é objetivo dos opressores que tentam manter, por meio da educação bancária, a reprodução da consciência ingênua, acrítica.

Essa educação que liberta leva os indivíduos à mentalidade crítica do espaço em que ocupam, e de uma liberdade que auxilia na consciência de que podem mudar o mundo em atitudes mais humanizadas. Esse tipo de educação envolve os docentes e discentes, de maneira a dialogarem a favor de conviver mais harmonioso para todos, em busca de um mundo melhor.

Os protagonistas do processo são os sujeitos da educação – estudante e professor(a) –, que, juntos, dialogam, problematizam e constroem o conhecimento. Por isso, problematizar, na perspectiva freireana, é exercer análise crítica sobre a realidade das relações entre o ser humano e o mundo, o que requer os sujeitos se voltarem, dialogicamente, para a realidade mediatizadora, a fim de transformá-la, o que só é possível por meio do diálogo, “desvelador da realidade” (MENEZES; SANTIAGO, 2014, p. 51).

A formação cidadã se coloca, na Educação de Jovens e Adultos, como a concretização das necessidades do ser humano. Muito mais do que o básico (alimentação, vestimenta, habitação, emprego, etc.), homens e mulheres precisam se socializar, articular seus direitos, cumprir seus deveres e se colocarem como cidadãos no mundo em que estão inseridos.

A Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional é uma modalidade que necessita dessa formação libertadora, que faz com que os indivíduos se percebam no mundo e para sua reformulação, com melhorias que sejam benéficas para si e para comunidade.

2.2.1 A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional

Na modalidade EJA em sistema prisional, a realidade estrutural se mostra ainda mais restrita, pois são jovens e adultos cumprindo pena em sistema fechado de cárcere, com uma realidade diferente dos alunos da EJA em escolas.

Ao propor a modalidade EJA para os alunos na condição de privação de liberdade, o Programa Portas Abertas da Secretária de Justiça (SEJUS) afina-se com as orientações legais e demandas históricas, visando propiciar a esses educandos um ensino condizente com os interesses desse grupo, prevendo que sejam ministradas aulas àqueles que, por uma série de razões, não encontraram meios para concluí-lo em etapa anterior.

O público-alvo constituidor das prisões é o de jovens e adultos, homens e mulheres e, segundo pesquisas, são pessoas que estão inseridas em processos de exclusão.

Podemos inferir que o perfil dos presos [...] é o perfil da pobreza no Brasil: população jovem e adulta, de baixa escolaridade, sem qualificação profissional, vítima do trabalho infantil, envolvimento com drogas ilícitas e que ingressou no crime muito cedo e ainda sem possibilidade de entrar no mercado de trabalho, por isso, muitos permanecem dias, meses e até anos desempregados, e é nessa oportunidade que muitos voltam a recorrer ao crime, como será visto mais adiante (FERREIRA 2011, p. 4).

Entretanto, mais do que analisar o perfil já apresentado anteriormente, a relevância deste trabalho é caracterizar a Educação de Jovens e Adultos conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica – DCNEB.

Sendo assim, há dois pontos a considerar. O primeiro relaciona-se às expectativas dos alunos Jovens e Adultos frente aos conteúdos selecionados para sua escolarização; o segundo diz respeito às demandas do mercado de trabalho, que exige determinados saberes e competências, tendo em vista a urgência de uma mão de obra qualificada.

Se essas questões certamente orientam as políticas de ensino, consideremos que ganham maior vulto quando se tem em mente a escolarização de apenados, que podem encontrar na educação uma das forças que operam no sentido de ruptura com relação aos processos de exclusão e marginalidade. Desse modo, há que se dar atenção especial ao ensino ministrado, aos objetivos traçados e a sua coerência com as práticas educativas empreendidas.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 consta, no Título V, Capítulo II, Seção V, dois Artigos relacionados, especificamente, à Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

No Plano Nacional de Educação, temos como um dos objetivos e prioridades: garantia de Ensino Fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e intrínseca desse nível de ensino.

A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básico da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial, da constituição brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos (FERNANDES, 2010).

O fracasso escolar, de acordo com Freire (1979), pode ser explicado por vários

problemas, tais como a concepção pedagógica e os problemas metodológicos, entre outros. A Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural, uma educação para a compreensão mútua, contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura ou outras formas de discriminação. E, para isso, o educador deve conhecer bem o próprio meio do educando, a fim de prover uma educação de excelência e qualidade.

Considerando a realidade dos educandos, o educador conseguirá promover a motivação necessária à aprendizagem, despertando neles interesses e entusiasmos, abrindo-lhes um maior campo para o alcance do conhecimento.

O jovem e o adulto querem ver a aplicação imediata do que estão aprendendo e, ao mesmo tempo, precisam ser estimulados para resgatarem a sua autoestima, pois sua "ignorância" lhes trará ansiedade, angústia e "complexo de inferioridade". Esses jovens e adultos são tão capazes como uma criança, exigindo somente mais técnica e metodologia eficientes para esse tipo de educação, principalmente em uma unidade prisional (PAIVA, 2006).

O currículo nessa modalidade vislumbra uma formação que possa garantir a construção de uma educação que tenha como foco uma formação integrada em sua concepção, que contemple as três funções primordiais, a reparadora, a equalizadora e a qualificadora, conforme Parecer do Conselho Nacional de Educação Nº 01/2000 (BRASIL, 2013).

Assim sendo, um dos desafios para a EJA é apontar as possibilidades de melhoria no atendimento dos sujeitos dessa modalidade, enfatizando a importância de um currículo específico, que atenda às características e necessidades dos sujeitos, incluídos os que se encontram em regime fechado.

A educação no sistema prisional obedece a modalidade de ensino EJA, contudo nem sempre anda em conformidade com a rede regular de ensino, pois devido a fatores internos da instituição em questão, nem sempre é possível acompanhar a estrutura de normatividade da secretaria de educação, no que se diz respeito a cronograma, módulos, e até mesmo um projeto político pedagógico que atenda aquela "população". Sobre isso, Carvalheiro situa que,

Faz-se necessário desenvolver programas educacionais dentro do sistema penitenciário voltado para Educação Básica de Jovens e Adultos e que

visem a alfabetizar e, sobretudo, a trabalhar na construção ou na reconstrução da cidadania do apenado (CARVALHEIRO, 2010, p. 8).

Neste sentido, é realizado o que é possível, mesmo que a estrutura de conteúdos e programas, que se refere às disciplinas, estejam de acordo com o sistema educacional. A educação funciona dentro de moldes específicos par cumprimento das normas daquela instituição, que obedece às suas próprias leis e que oferta a educação como “prêmio”, para aqueles que possuem bom comportamento, o que contraria a lógica do Direito. E ainda ocorre de forma descontínua, pois, por vezes, como forma de punição ou problemas com efetivo profissional, os alunos privados de liberdade são impedidos de frequentar as salas de aula. Assim, demonstra a Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, que,

- a) é descontínuo e atropelado pelas dinâmicas e lógicas da segurança, pois acaba tendo que ser interrompido quando circulam boatos sobre a possibilidade de motins; na ocasião de revistas; como castigo ao conjunto dos presos e das presas que integram uma unidade na qual ocorreu uma rebelião, ficando à mercê do entendimento e da boa vontade de direções e agentes penitenciários;
- b) é muito inferior à demanda, geralmente atinge um percentual de 10% a 20% da população encarcerada nas unidades que foram pesquisadas. Constatou-se a existência de listas de espera extensas e de um grande interesse pelo acesso à educação por parte das pessoas encarceradas;
- c) quando existente, em sua maior parte sofre de graves problemas de qualidade apresentando jornadas reduzidas, falta de projeto pedagógico, materiais e infraestrutura inadequados e falta de profissionais de educação capazes de responder às necessidades educacionais dos encarcerados (CARREIRA, 2009, p. 84).

Tais explanações elucidam os grandes desafios enfrentados no cotidiano das prisões para concretização do direito à educação, que, por sua vez, coloca de lado ou exclui do processo o maior membro neste sistema, que é o educando. E nisto há grande possibilidade de tornar-se mais difícil o processo de ressocialização deste, pois, mais uma vez, estão tendo seus direitos negados, ou negligenciados, devido a ineficácia do Estado em prover um sistema educacional adequado a cada ambiente. Neste caso, a prisão.

2.2.2 Educação Como Processo de Ressocialização

O que é ressocializar? É integrar à sociedade alguém que está fora dela? É tornar alguém cidadão?

O ressocializar é "tornar a socializar, sociabilizar, reunir em sociedade" (FALCONI, 1998, p.124). Isso não indica apenas inserir ou reinserir, mas, e principalmente,

incluir, fazer com as pessoas se sintam parte da sociedade e convivam com outras, que aqui se entende, de maneira harmoniosa, onde as relações interpessoais sejam favoráveis ao bom convívio, podendo, assim, trabalhar, estudar, se relacionar afetivamente, constituir família, ou seja, todos os direitos de um cidadão comum.

É interessante destacar que, academicamente, a ressocialização recebe sentidos mais amplos. Assim,

A reinserção passa, necessariamente, pelo aprimoramento sociocultural do condenado [...] que deverá receber tratamento para as eventuais doenças psicossomáticas, treinamento profissional e condicionamentos elementares à vida em sociedade aberta. Quando libertado, deverá ter à sua disposição ampla e eficaz infraestrutura para que materialmente, se realize tudo aquilo que, formalmente, lhe foi transmitido (FALCONI, 1998, p. 125).

Entretanto, na realidade prisional, essa forma de pensamento não existe. O que se constata são formas excludentes e segregativas de tratamento. A pessoa em privação de liberdade passa a carregar consigo o estigma de “marginal” por toda a vida, dentro e fora da prisão. “A complexidade do Sistema Penitenciário Brasileiro mostra o panorama de desigualdade social, discriminação, injustiça e preconceito, que contradizem os princípios da dignidade humana, o respeito mútuo e a justiça social” (BEBER, 2007, p. 49).

Imaginar que, estando privados de liberdade, “aprendem” e se tornam melhores, é algo muito subjetivo e hipotético. As pessoas reagem de formas diversas a diferentes estímulos e tratamentos. No sistema prisional que se apresenta hoje, conforme exposto no primeiro título deste referencial, a falta de humanização gera sentimentos e ações contrários ao que se deseja, tais como repulsa, revolta, ódio, vingança e ira. E estes culminarão em ações negativas posteriormente.

Para Torres (2000, p. 59),

[...] há muito, as prisões servem para causar o sofrimento e a degradação humana, pelo confinamento e pela punição àqueles que não corresponderam às normas morais e as leis e, por isso, devem ser isolados dos que seguem os padrões da ordem social dominante.

Muitas vezes entram na prisão de uma forma ruim, por ações juridicamente consideradas crimes e saem com intenções e atitudes muito piores, que os fazem retornar à prisão e a não permanecerem no convívio social. A visão que têm de si e a falta de oportunidades no mundo externo também contribuem negativamente para que a ressocialização não ocorra de maneira favorável ou mesmo não ocorra.

A questão da discriminação e do preconceito que muitos enfrentam, inclusive para se inserir no mercado de trabalho, porque a sociedade não abre as portas para quem já viveu a experiência da privação de liberdade, foi citada em todos os grupos e entrevistas individuais realizadas. Esse abrir as portas está vinculado ao emprego. Como não conseguem emprego porque possuem antecedente criminal, "optam" pela continuidade na prática criminosa (FERREIRA, 2011, p. 6).

Dessa forma, seria relevante que o sistema prisional adotasse, em primeira instância, uma forma de educação que fosse compatível com as necessidades dessas pessoas privadas de liberdade, e fosse eficaz em sua preparação para uma ressocialização significativa. Uma educação formal e profissionalizante torna-se um dos caminhos.

Instaurar atividades laborais e educacionais com caráter 'utilitário da pena' reitera intenção assertiva circundando uma atmosfera que instaure o respeito à dignidade humana, a não discriminação racial, social ou religiosa, a promoção do bem-estar cultural, o desenvolvimento da personalidade humana, a abolição de castigos físicos ou isolamentos, a possibilidade de integração no mercado de trabalho de forma rentável e aos serviços de saúde, todos de forma imparcial (BEBER, 2007. p. 41).

A educação nos Sistemas Penitenciários, no formato presencial, atualmente, não se mostra um meio tão eficaz de aplicação, tendo em vista que não foi criado para educação e sim para disciplina (BEBER, 2007). Poderia ser ofertada a modalidade de Educação à Distância, em que os educandos teriam acesso à rede digital e sem a vulnerabilidade de profissionais da educação, bem como a oportunidade de cada um estudar e se preparar conforme suas competências e afinidades com a profissão pretendida ou como meio de formação na profissão que um dia exerceu antes do mundo criminal.

O ensino educativo deve ser um processo global, a pessoa do condenado deve estar no centro deste processo, despertando e estimulando sua verdadeira vocação, sendo educado corretamente pelo trabalho e para o trabalho. O educador tem o papel decisivo, devendo possuir capacidade para o diálogo e respeito pelas características individuais de cada preso (OLIVEIRA, 1996, p. 205).

O Sistema Prisional deveria preocupar-se efetivamente pela criação de estratégias que visem a ressocialização dos detentos. Eles precisam acreditar que serão capazes de viver em sociedade, de que podem contribuir para uma sociedade melhor através de suas ações e de seu trabalho. Pois os alunos naquele ambiente cometeram erros e estão pagando por isso. Eles não são, estão.

O real significado do trabalho, na vida dos apenados, só será visualizado a

partir do momento em que a organização penitenciária entender que o indivíduo só encontra sentido no trabalho, quando pode estabelecer com ele um vínculo que lhe permita uma sintonia entre o significado da tarefa e a sua história singular. O trabalho somente terá um papel preponderante na ressocialização dos apenados quando esses encontrarem um sentido nas tarefas que realizam e, a partir de então, tentarem buscar o equilíbrio físico e mental (LEMOS; MAZZILLI; KLERING, 1998, p. 10).

Também se faz importante, nesse processo de ressocialização, que a ação social desenvolva suas atividades com as pessoas privadas de liberdade, quer seja em relação à educação, quer seja em relação aos tratamentos psicossomáticos, nos casos possíveis, sempre em parceria com as famílias e integrantes destas que se disponibilizarem (FERREIRA, 2011). Sabendo que a alfabetização é amparada por lei e voltada para as pessoas que não tiveram por algum motivo acesso ao ensino regular na idade certa.

2.2.3 A Educação de Jovens e Adultos Como Meio de Transformação

Ao que se constata, o assunto educação transforma a vida de cada pessoa. O aluno privado de liberdade um dia volta a sociedade. Este necessita estar preparado para o convívio social dotado de possibilidades, valores e conhecimento. Um aluno de vinte e oito anos disse que sem o estudo é difícil até para conversar. Não se consegue trabalho e tudo se torna mais difícil. Ele teve conselhos de seus pais para estudar, mas não deu ouvidos. Agora, preso, arrependido, sabe o valor da educação e como esta lhe faz falta. Estudando agora, mesmo privado de liberdade, se despertou para, após sair, dar continuidade aos estudos e se dedicar a sua família, principalmente seus pais. É um processo diário e contínuo, onde os valores que não lhe foram assegurados ao longo da vida, possam ser positivamente respeitados.

Escutar esses alunos privados de liberdade, que foram silenciados pelo sistema, é de essencial importância para o educador. E é fundamental, pois assegura o desenvolvimento intelectual e moral, proporcionando uma oportunidade e liberdade, ainda que seja na prisão. A partir do momento que uma pessoa se dedica ao estudo, começa a mudar a forma de pensamento. Há um novo olhar. Foi o que pude escutar de um aluno que dizia: “professora, agora sou uma nova pessoa. Estou com muita vontade de continuar os estudos e trabalhar”. A expressão deste desejo é suficiente para mostrar uma prática que visa o desenvolvimento do ser humano como um todo. Pois este é de fato o centro do processo educativo.

Perpassa o desenvolvimento humano por meio do ensino e da aprendizagem, com vista a desenvolver e a potencializar a capacidade intelectual deste jovem privado de liberdade. As leituras ajudam nesta construção. Cada ser humano possui anseios, sonhos e perspectivas e lhe devem ser garantidas todas as condições para que cresça na busca de seus fins.

Os jovens e adultos em privação de liberdade são suspensos por tempo determinado do direito de ir e vir, mas têm garantidos por lei os demais direitos, e a educação é um deles. O maior desafio, no entanto, é implantar ações educativas significativas, uma vez que a instituição penal, por um lado, institucionaliza e retira a autonomia, a educação, por outro lado, liberta e humaniza. Proporciona mudanças. Neste sentido, destaco aqui a fala de um outro aluno, que dizia: “professora, quando criança tive oportunidade de ir à escola, mas não gostava, porque me sentia preso, pior, fiquei nas ruas, e vim parar neste lugar. Agora estou na sala de aula. Aqui me sinto livre”. Portanto, a educação, mesmo na prisão, liberta numa dimensão de autonomia. Sendo esta mesma um verdadeiro aprendizado que se desenvolve, é concreto e é ligado a vida.

Ao educar, deve-se conduzir o aluno na construção do conhecimento. Ligar a vida à sua realidade. Uma educação que seja capaz de despertar em todos a capacidade de pensar, de raciocinar, questionar, proporcionar a realização de uma construção crítica a respeito da realidade que os cerca, de maneira a se ver como integrante ativo do meio social, detentor de direitos e de obrigações.

Formar pensadores, ainda que sejam estes privados de liberdade, é formar pessoas livres, capazes de duvidar, de criticar, de sentir, de lutar por si e pelo bem comum. Pensar é viver, é encontrar o seu caminho, como relata o aluno que não sabia escrever o próprio nome e na sua identidade estava escrito iletrado. Até trabalhava nas lavouras na “panha” de café e pimenta, antes de ser preso, mas ficava sempre por último para receber o seu pagamento, pois não sabia escrever seu nome. Tinha vergonha, medo de críticas dos colegas. Todos os outros sabiam ler e escrever. E este era necessário molhar ou pintar em uma buchinha. Estudando, aprendeu a ler e a escrever, assinar com nome e sobrenome. Estava muito contente e disse que quando saísse da prisão iria logo trocar a sua identidade.

Um dos elementos da eficácia do papel do educador reside no processo de resgate da liberdade e da cidadania perdida. A escola é uma das instituições que melhor cumpre a tarefa de oferecer possibilidades que libertam e unem, e ao mesmo

tempo escuta e transforma vidas.

Segundo Freire (1996), não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação. Nesta, o que há é patologia de amor: sadismo em quem domina; masoquismo nos dominados. Amor, não. Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com a sua causa. A causa de sua libertação. Mas este compromisso, porque é amoroso, é dialógico.

A educação, para Freire (1996), está ligada às concepções de consciência e conscientização, criticidade, prática de liberdade, dialogicidade, política e cognoscibilidade. A partir dessas considerações, vimos que os conceitos do humano e da educação trilharam um caminho de desenvolvimento e de reformulações.

2.3 A EJA E SUA RELAÇÃO COM A DIDÁTICA

Para Gadotti e Romão (2011), pensar em didática é pensar em trabalho de professor da Educação de Jovens e Adultos em sala de aula; é verificar como o professor vive seu cotidiano, as práticas individuais, a maneira de se relacionar consigo mesmo, com os alunos, com o conhecimento, com os colegas, com a organização escolar e com a sociedade. Em suma, é um processo de autoconhecimento e de conhecimento do mundo.

A partir daí, o professor buscará vivenciar,

- Uma didática que não seja restrita apenas às técnicas e métodos, mas faça uso dos mesmos como meio de trabalhar melhor com seus alunos.
- Uma didática que seja a arte de ensinar, mas seja igualmente a arte de aprender uma profissão, a arte de ler a vida e o mundo, para compreender os fins sociais da educação escolar e a sociedade em que está inserida.
- Uma Didática que encare a sala de aula como espaço de ética, onde o conhecimento não seja negado e, dessa forma, o cuidado com a aprendizagem dos alunos se transforme em atividade de saber e sabor (GADOTTI, 1995).

O professor é o mediador; é ele quem busca a adequação das teorias à prática e ao contexto em que os alunos se encontram; é ele quem precisa estar atento às

diferenças existentes em sala de aula.

A didática é uma disciplina que estuda o processo de ensino no seu conjunto, no qual os objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas da aula se relacionam entre si de modo a criar as condições e os modos de garantir aos alunos uma aprendizagem significativa. Ela ajuda o professor na direção e orientação das tarefas do ensino e da aprendizagem, fornecendo-lhe segurança profissional. Essa segurança ou competência profissional é muito importante, mas é insuficiente. A atividade docente tem a ver diretamente com o “para quê educar”, pois a educação se realiza numa sociedade formada por grupos sociais que têm uma visão distinta de finalidades educativas (LIBÂNEO, 2011, p. 2).

Além da didática e da formação profissional, outro aspecto relevante está na elaboração do planejamento, uma vez que este estabelece as diretrizes a serem trabalhadas e onde pode ser melhorado, complementado.

A força impulsionadora do processo de ensino é um adequado ajuste entre os objetivos/conteúdos/métodos organizados pelo professor e o nível de conhecimentos, experiências, requisitos prévios e desenvolvimento mental presentes no aluno. O movimento permanente que ocorre a cada aula consiste em que, por um lado, o professor propõe problemas, desafios, perguntas, relacionados com conteúdos significativos, instigantes e acessíveis. (LIBÂNEO, 2011, p. 3).

Os modelos tradicionais de currículo não faziam questionamentos aos aspectos educacionais existentes. As formas dominantes de conhecimento restringiam-se à atividade técnica de como fazer currículo. Por outro lado, as teorias críticas começaram a surgir e a questionar tais pressupostos, buscando desenvolver conceitos que permitissem compreender o que o currículo faz, problematizando o conhecimento, percebendo seu caráter socialmente construído e político-cultural.

Durante décadas, os teóricos críticos da educação têm tentado compreender como a escola participa do processo de reprodução social, ou seja, como as escolas reproduzem os relacionamentos e atitudes sociais necessárias para sustentar as relações dominantes, econômicas e de classe existentes na sociedade.

No Brasil, o pensamento curricular emergiu como um produto direto dos Estados Unidos, em meados dos anos vinte e trinta. As teorias americanas influentes no Brasil consistiram em combinações de ideias tecnicistas e progressistas. Além disso, essas teorias interagiram com o núcleo das tradições curriculares que existiam no Brasil, derivadas das teorias de Dewey.

As teorias progressistas, em alguns aspectos, encaminharam para uma perspectiva curricular pós-moderna, de transformação e orientada para o processo. A edu-

cação e o currículo tomaram emprestados alguns conceitos de sistema aberto/fechado da física. As ideias modernistas sobre o currículo adotaram a versão fechada, que define o bom ensino como transferência/transmissão de conhecimento. O sistema aberto, por outro lado, visa a transformação e é orientado para o processo.

Piaget, citado por Coll (2006), defendia um modelo aberto, onde os seres humanos e seus processos de aprendizagem estão aliados a sistemas vivos. A característica básica do sistema vivo é a interação, onde as partes não são definidas isoladamente, mas em suas relações umas com as outras e com o sistema num todo. A essência da teoria de Piaget (TRALDI, 2007) consiste em apontar que o conhecimento não é uma cópia da realidade e sim “uma perpétua construção, realizada através de intercâmbios entre o organismo e o meio ambiente”.

A ideia de que o currículo deve ser orientado para o curso a ser corrigido surgiu através de Bruner, citado por Traldi (2007), que, como Dewey e Piaget, acreditavam que o processo reflexivo desempenha um papel essencial no conceito de crescimento mental. Por isso, Bruner propôs seu currículo em espiral, em que os estudos são desenvolvidos ao longo dos anos em níveis crescentes de complexidade. Para ele, o currículo deve enfatizar a cultura e seu papel na construção de estruturas organizacionais, no que o aluno pode fazer com o conhecimento adquirido. “O currículo não é apenas um veículo para transmitir conhecimento, mas um veículo para criar e recriar a nós mesmos e a nossa cultura” (TRALDI, 2007, p. 84).

Até bem pouco tempo, algumas teorias sobre currículos se limitavam em apresentar a organização dos conteúdos a serem ensinados. A preocupação de alguns estudiosos era selecionar conteúdos que garantissem uma formação para atender ao mercado de trabalho ou como forma de intervenção social. Esse entendimento sobre o currículo e sua organização indicava que a ideia de conhecimento deveria ser estática, uma vez que os conteúdos em geral estavam localizados de forma hierárquica, limitando as possibilidades de flexibilidade.

Recentemente esta discussão tomou outros caminhos e outras preocupações. Assim,

O currículo é uma porção da cultura em termos de conteúdos e práticas, portanto a sua organização deve contribuir na formação de homens e mulheres que apresentem um perfil cultural no qual seja realçada a ética, o respeito, a tolerância, a sensibilidade na relação com outras pessoas entre tantas outras atitudes (VEIGA, 2006, p. 31)

Essa ideia de currículo só pode ser aceita se forem definidos critérios para escolhas dos conteúdos, das habilidades e competências que contribuam na formação dos alunos. A seleção de conteúdo a ser incorporada pelo currículo é entendida dessa forma:

Ao analisarmos um determinado currículo devemos interferir não só nos conteúdos que são vistos como importantes naquela cultura; de que maneira aquela cultura prioriza alguns conteúdos em detrimento de outros, isto é, podemos interferir quais foram os critérios de escolha que guiaram os professores, administradores, currículos etc. De modo, que aqueles que acreditam que a elaboração de currículos depende essencialmente da seleção de conteúdos, não perceberam que o mundo mudou, e mudou o nosso entendimento sobre nós e sobre o próprio mundo (VEIGA, 2006, p. 32).

Hoje é possível compreender a linguagem, não mais como um meio que é utilizado para interpretar a realidade, mas como um instrumento que elabora esta realidade. Então, se a localização das escolhas curriculares pode ser feita através da linguagem, isto significa que cada saber ocupa um lugar determinado discursivo nos currículos.

O atual currículo está estruturado através de disciplinas. Essa forma de estruturação do saber ocorreu no século XIX. Mas antes disso, no século XVI, o currículo chegou às escolas de forma segmentada, ordenada e hierarquizada. Cujos conteúdos se mantinham desconectados da prática.

Por outro lado, tem-se a história das disciplinas, que se deu de duas maneiras: enquanto conteúdos disciplinares, com porções delimitadas do conhecimento e enquanto princípio organizador dos conteúdos. No primeiro caso, pouco a pouco, os saberes escolares passaram a ter identidade e estatuto próprio. Já no segundo, a disciplinaridade funcionou como tributo do currículo.

O currículo que conhecemos hoje não foi estabelecido, de uma vez por todas, em algum momento do passado. Ele está em constante fluxo e transformação. Portanto, uma amostra da história do currículo (GOODSON, 2002, p. 56), o curriculista Goodson ajuda-nos a compreender que aquele conhecimento corporificado nos programas não pode ser algo fixo, por tratar-se de conteúdos – de qualquer área do conhecimento – que estão sempre em constante transformação. O autor salienta que não se pode sustentar a ideia de que o nosso currículo é constituído de conhecimentos válidos. Antes disso, estamos apenas diante de conteúdos validados por determinadas organizações sociais. Sendo assim, “os currículos são fabricados não sendo esse

apenas um processo lógico, mas de fato uma justaposição de conhecimentos científicos, crenças, expectativas, visões sociais” (GOODSON, 2002, p. 56).

2.3.1 O Docente da EJA e o Currículo

De acordo com a compreensão de Moreira *et al* (2012, p. 19), deve-se saber que “o currículo é qualquer experiência dentro ou fora da escola, que tenha como meta preparar a pessoa privada de liberdade para cumprir, de forma efetiva e responsável, o seu papel de cidadão, colaborando na construção de uma sociedade melhor”.

Mas não apenas isso. O currículo, ainda para este autor, deve formar e informar a pessoa humana em todas as suas dimensões, não somente como cidadão, mas também como indivíduo, para sua realização plena e a promoção da sua real satisfação. Dentro desta concepção, logo se percebe que tratar de currículos é muito complicado, uma vez que este deve formar e informar a pessoa humana em sua globalidade, conciliando a teoria com a prática, transmitindo valores, conhecimentos e habilidades.

Em atual revolução tecnológica, pede-se que os currículos estejam sempre atualizados em todos os campos do conhecimento científico e informados acerca das práticas tecnológicas mais recentes. Na era da globalização, exige-se que os currículos devam preparar também o indivíduo para ser um cidadão do mundo.

Ao pensar assim, tem-se que, teoricamente, os currículos da Educação de Jovens e Adultos deveriam ser muito amplos, modificados cotidianamente e, além disso, variados, de acordo com o local onde o sujeito está inserido. Mais complicado ainda: “a cada estudante teria que corresponder um currículo específico, pois a rigor a experiência de vida individual deve ser considerada em sua determinação” (MOREIRA *et al*, 2012, p. 21).

Há cerca de 12 anos, só se conhecia o cenário de salas de aulas isoladas umas das outras, limitadas em recursos, com mesas e cadeiras dispostas em filas, o professor desempenhando sua função de dono do saber, a apresentação de informação limitada ao uso de livros, textos, quadro-negro e, quase sempre, de forma linear e sequencial. Para Traldi (2007), neste cenário o aluno é um elemento passivo, um mero receptor de informações preparadas pelo sistema educacional. São poucas as oportunidades para a simulação de eventos naturais ou imaginários, tanto para aumentar a compreensão de conceitos complexos quanto para estimular a imaginação.

O currículo educacional, na maioria das vezes, era (e é, porque ainda hoje deparamos com essa dificuldade), visto através de uma filosofia do conhecimento humano dividido em classificações: matemática, português, geografia, história, biologia, língua estrangeira, física, etc., sem nenhuma possibilidade de haver inter-relacionamentos (TRALDI, 2007).

Há sete anos, já se cogita que o conceito de currículo da Educação de Jovens e Adultos é muito complexo, pois abrange um apanhado de conhecimentos para serem colocados em prática, por um período de tempo, dentro de uma estrutura educacional que envolve sistema de ensino e organização escolar. São vários os conceitos de currículo, pois tudo que se faz e fala na escola acaba se tornando um currículo, que não deixa de estar ligado a um planejamento. Caso o planejamento seja bem elaborado, com coerência, fins e objetivo bem definido, o que se faz e o que se fala estão sempre em sintonia (MOREIRA *et al*, 2012).

Conforme Traldi (2007, p. 64), “currículo é uma sucessão de experiências escolares adequadas a produzir, de forma satisfatória, a contínua reconstrução da experiência”. Para que isto ocorra é fundamental o papel do professor, no sentido de preparar um ambiente adequado, que promova o desenvolvimento dos alunos e faça aflorar seus potenciais, tornando-os participantes ativos e críticos do processo ensino-aprendizagem. Desconstruir conceitos e ideias já prontas é condição para promover essa contínua reconstrução da experiência, de forma integrada e contextualizada.

Na sociedade, há sábios educadores e autores de livros didáticos, que criam currículos invencíveis – tudo que se considera importante é anexado. Mas o currículo vai ficando pesado, pois há cada vez mais coisas importantíssimas a serem incluídas. É importante compreendermos que nem os alunos considerados gênios conseguem entender tudo.

Não basta fazer um currículo cheio de prioridades e acabar esquecendo o principal, que é colocá-lo em prática, para que possa ser absorvido pelo aluno, de maneira que o leve a compreender o que foi ensinado. Um currículo adequado é aquele que considera a realidade do aluno e trabalha de modo contextualizado.

É preciso que o currículo favoreça ao aluno o desenvolvimento de suas capacidades de solucionar problemas do seu dia-a-dia, enfrentar desafios, saber ler e interpretar a sua realidade. Por isso a contextualização torna-se um ponto importante, ou melhor, “uma condição para a construção de práticas que respondam às demandas do aluno e seus familiares” (TRALDI, 2007, p. 85).

Em meio à discussão sobre currículos e programas, não se pode deixar passar despercebido a questão do currículo em ação e do currículo oculto. O primeiro corresponde ao conjunto das aprendizagens vivenciadas pelos alunos, planejadas ou não, dentro ou fora da aula e da escola, mas sob a responsabilidade desta, durante a trajetória escolar. Já o segundo, currículo oculto, seriam as normas e valores transmitidos pela escola e que não foram mencionados pelos professores como objetivos pretendidos.

Aquilo que ocorre, de fato, nas situações típicas e contraditórias vividas pelas escolas, com suas implicações e compreensões subjacentes e não o que era desejável que ocorresse e/ou o que era institucionalmente prescrito. O currículo em ação está em movimento permanente, devendo sintonizar com o processo de construção de conhecimentos de uma sociedade em constante transformação

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes (...) o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações [...] (SILVA, 2009, p. 42).

Ou seja, o currículo oculto significa aquilo que os alunos têm oportunidade de aprender através do que é formalmente ensinado e do que, mesmo não sendo explicitado, está latente em algumas práticas pedagógicas, bem como em textos e imagens de vídeos e filmes.

Retomando um dos principais aspectos a se considerar no currículo em ação, é a organização do tempo e do espaço escolares, que diz respeito às condições de ensino-aprendizagem. Polos indissociáveis de um mesmo processo, o ensino e a aprendizagem precisam ser vistos nas suas necessidades essenciais, que ultrapassam as paredes da sala de aula e os muros da escola (MOREIRA *et al*, 2012).

Assim, para Moreira *et al* (2012), o tempo de ensino supõe a formação (inicial e continuada) do professor e inclui o preparo, a execução e a avaliação das atividades. O tempo de aprendizagem exige que se considerem os diferentes ritmos e experiências, carecendo de diferentes oportunidades, para a devida mediação entre o que o aluno consegue realizar sozinho e aquilo que exige a mediação pedagógica. Relacionados aos diferentes tempos, há que se forjarem os adequados espaços, com os imprescindíveis recursos.

Enfim, o currículo educacional representa a síntese de conhecimentos e valores que caracterizam um processo social expresso pelo trabalho pedagógico no espaço concreto da sala de aula, sob a orientação de um professor.

2.3.2 A Alfabetização de Jovens e Adultos

Sabe-se que o processo de alfabetização de Jovens e Adultos vai além de ensinar habilidades de codificação e decodificação do sistema alfabético. Abrange o domínio dos conhecimentos, que permitem o uso dessas habilidades nas práticas sociais (SOARES, 2003).

A alfabetização depende essencialmente da prática docente e o letramento se liga à alfabetização, como algo intrínseco, enraizado, arraigado, dos estímulos que esta possa agregar aos conhecimentos que o aluno já possui dos contextos sociais aos quais integra em sua vida extraescolar.

Considera-se que, no campo da educação, existam práticas de alfabetização que se apresentam mecânicas, formais e repetitivas. Essas atividades, na maioria das vezes, são apresentadas aos alunos, pelos professores, como única estratégia de ensino. Muitas vezes o educando sequer sabe o significado de algumas atividades, e apenas segue um modelo de alfabetização que cumpre a função maçante e cotidiana em sala de aula.

É preciso entender que as práticas docentes desenvolvidas no processo de alfabetização precisam ser revistas e melhoradas, oportunizando aos alunos uma aprendizagem significativa e que lhe permita autonomia para prosseguir seguramente seus estudos.

Há práticas que deixam o aluno retraído, sem liberdade para expor qualquer sentimento, ou opinião. A alfabetização não pode ser reduzida ao mero lidar com letras e palavras, como uma esfera puramente mecânica. Precisamos ir além dessa compreensão rígida da alfabetização e começar a encará-la como a relação entre os educandos e o mundo, mediada pela prática transformadora desse mundo, que tem lugar precisamente no ambiente em que se movem os educandos (FERREIRO, 2011, p. 20).

As práticas e os métodos realizados pelos profissionais na alfabetização, nem sempre são garantia de que os alunos aprenderam ou que está dando certo. Dessa forma, é preciso pensar e repensar sobre estas práticas tradicionais que são utilizadas, o que elas têm de positivo e que pode ser utilizado pelo professor e o que possuem de negativo e não acrescentam em nada ao ensino-aprendizagem, ao contrário, só atrapalham. Freire (2010, p. 11) ensina, a esse respeito, que é preciso, na alfabetização,

[...] olhar novamente - para nossa teoria e prática e para o método que podemos extrair da dialética da relação entre elas. No campo da teoria da alfabetização nada é mais importante do que olhar e olhar novamente para o papel de uma percepção do perceber, de pensar sobre o pensamento, de interpretar nossas interpretações.

Ele ainda afirma que o ato de aprender a ler e escrever deve começar a partir de uma compreensão muito abrangente do ato de ler o mundo, coisas que os seres humanos fazem antes de ler a palavra. Ler a palavra e aprender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedidos do aprender como escrever o mundo, isto é, ter a experiência de mudar o mundo e de estar em contato com o mundo.

Segundo Ferreiro (2011) considera, atualmente, a alfabetização não deve ser considerada como um estado, mas como um processo contínuo, que começa bem cedo e não termina nunca. O conceito de alfabetização, segundo a autora, mudou em decorrência das pesquisas realizadas da época atual, da cultura e da tecnologia.

A Educação constitui um instrumento fundamental para o atendimento das necessidades de desenvolvimento do aluno como ser humano ético e crítico, sendo dever do Estado garantir o acesso e permanência de todos em escolas de ensino fundamental e médio, assegurando o atendimento de suas necessidades básicas (sociais, cognitivas, afetivas, físicas).

Tanto Piaget (1977) quando Vygotsky (1998) acreditavam que o desenvolvimento cognitivo da pessoa era construído a partir de suas relações com o meio, mas divergiam sobre o fator cultural, essencial para Vygotsky e pouco enfatizado por Piaget. Além disso, para Vygotsky (1998), era a aprendizagem que gerava o desenvolvimento mental, ao passo que, para Piaget, era o desenvolvimento mental que tornava o indivíduo capaz de aprender.

Piaget (1977, p. 64), declara que,

[...] o respeito mútuo aparece, portanto, como condição necessária da autonomia, sobre o seu duplo aspecto intelectual e moral. Do ponto de vista intelectual, liberta das opiniões impostas, em proveito da coerência interna e do controle recíproco. Do ponto de vista moral, substitui as normas da autoridade pela norma imanente à própria ação e à própria consciência, que é a reciprocidade na simpatia.

No entanto, respeitando e atendendo às características e necessidades de cada comunidade, a educação alfabetizadora tem como objetivo a socialização, pre-

servando a individualidade das pessoas privadas de liberdade. Deste modo, a educação cumpre um papel socioeducativo próprio e indispensável ao desenvolvimento destas pessoas, valorizando as experiências e os conhecimentos que ela já possui. Cria, assim, as condições para que socialize valores, vivências, representações, elabore identidades étnicas, de gênero e de classe.

As concepções de aprendizagem da leitura podem ser definidas como o significado que o fenômeno possui para os alunos. Decodificar apenas não se traduz em saber ler. Para Soares (2003), ler representa a interpretação, a compreensão do que leu e do que a leitor consegue associar com o mundo a sua volta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA COM JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE E COM OS PROFESSORES DO SISTEMA PRISIONAL DE SÃO MATEUS-ES

3.1 OS ALUNOS NO SISTEMA PRISIONAL DE SÃO MATEUS-ES

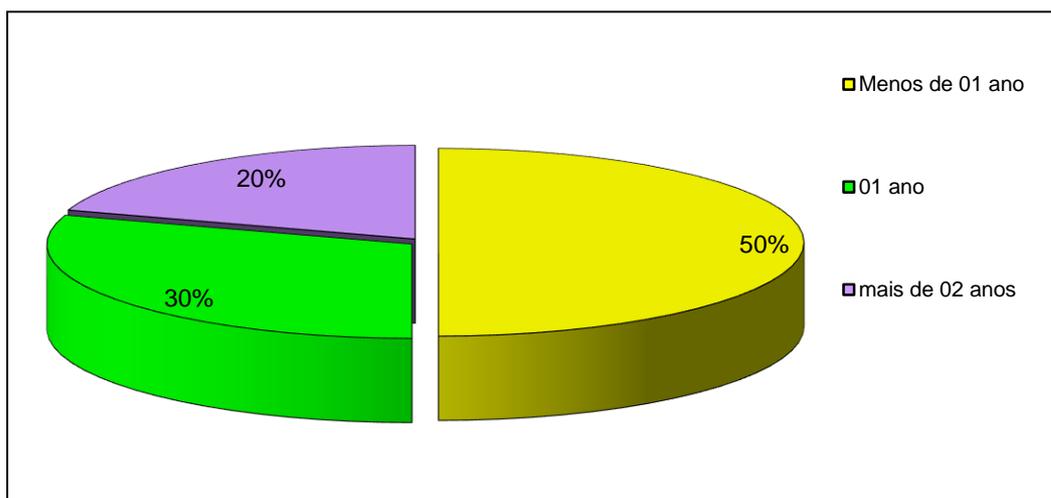
Os alunos participantes do Programa de Alfabetização do sistema prisional de São Mateus são, em maioria, analfabetos ou semianalfabetos. Por isso, a entrevista foi realizada e transcrita pela pesquisadora, mantendo as respostas orais dos alunos.

Esta etapa foi desenvolvida no mês de outubro de 2019, em momento de aula. Entretanto, foi realizada uma a cada dia, totalizando 10 (dez) dias, portanto, com os 10 (dez) alunos. As perguntas que puderam ser tabuladas em gráficos ou tabelas foram organizadas desta forma, as demais, foram analisadas qualitativamente.

3.1.1 O Período em que o Aluno Está em Situação de Liberdade Privada

Dos participantes, 50% responderam que estão em detenção por menos de 01 ano no Sistema Prisional em São Mateus. Outros, 30%, disseram estar há 01 ano e 20% informaram estar há mais de 02 anos.

Gráfico 3: Tempo em que se encontra detido no Sistema Prisional de São Mateus



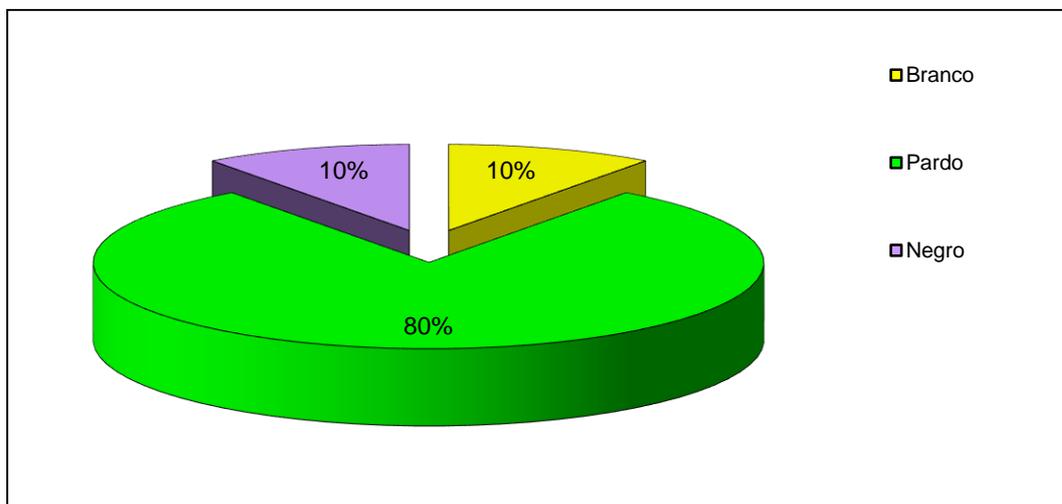
Dessa forma, ratifica-se que esses cidadãos privados de liberdade estão no local aguardando julgamento, conforme informação dos mesmos.

Estes ficam no centro de detenção provisória. Para muitos, é possível que o processo demore no mínimo cerca de dois ou mais anos, para encerrar. Enquanto se espera ficam ansiosos, estressados, com medo, saudade, preocupados, doentes, entregues à própria sorte. Representa segundo estes um grande martírio. Dizem que os dias demoram a passar. E que não se reconhecem mais. Pois estar presos é perder a liberdade, a dignidade e a sua condição de ser humano.

3.1.2 Pertencimento Ético Racial dos JAPL

Os cidadãos têm a ideia de que seu pertencimento a uma determinada etnia se associa às características que possuem, como: cor da pele, tipo de cabelo, entre outras. Dessa forma, a resposta dada por cada um deles levou em consideração sua constituição física.

Gráfico 4: Grupo étnico a que pertencem os cidadãos em liberdade privada no Sistema Prisional de São Mateus



Os participantes indicaram o seguinte: 80% disseram ser pardos; 10% demonstraram ser negros e os outros 10% se auto indicaram brancos.

Essas respostas apontam que a maioria é descendente de negros, ou seja, pardos, como a maioria da população brasileira. O que reforça as discussões que realizamos com base em Carreira (2019, p. 82), que declara “[...] o predomínio de população jovem, negra (parda e preta), de baixa escolaridade e de origem popular nas unidades prisionais”. Dessa forma, a falta de oportunidades para essa população

advém, segundo o autor, desde o tempo da escravidão. Entretanto, além dessa situação étnica, há a falta de oportunidade de estudo, de formação profissional e a necessidade de trabalhar, desde ainda criança, para ajudar no sustento da família.

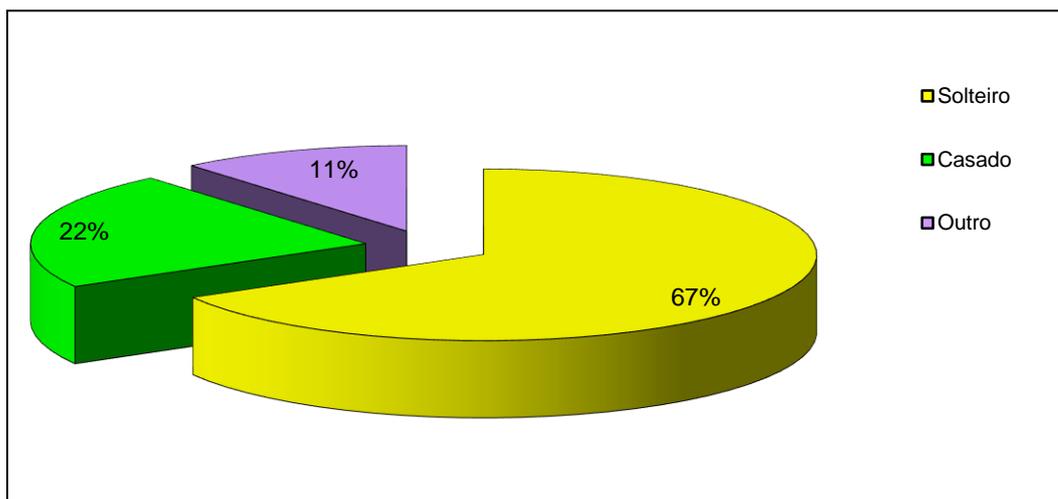
De acordo com Davis (2009) as pessoas criminalizadas por ser negras vêm de uma historicidade de pobreza. Com a abolição da escravidão, deixaram de ser escravos, mas imediatamente se tornaram criminosos. E como criminosos tornaram-se escravos do estado.

Os que se sentem brancos ainda nos dias atuais, continuam e é notório o preconceito, discriminação e indiferença com o negro. Dentro da cidade rurais ou urbanas, as pessoas preferem estar perto de um branco. Nesta visão a criminalidade aumenta. Descontrole no romance, falta de ética nas palavras, agressividades, atos ilícitos e gestos obscenos no esporte e lazer. Diante disto, advém a necessidade de ingressar no crime por falta de oportunidade.

3.1.3 Estado Civil dos Cidadãos de Composição Familiar em Liberdade Privada no Sistema Prisional de São Mateus

A maioria, 67%, se apontou como em estado civil solteiro; 22% como casado e 11% como outro, no caso, indicando para a pesquisadora como tendo uma companheira, mas não sendo casado legalmente (Gráfico 5).

Gráfico 5: Estado civil dos cidadãos em liberdade privada no Sistema Prisional de São Mateus



Dos entrevistados, nenhum deles é filho único, variando de 01 a 18 irmãos.

Indicaram que alguns poucos tiveram oportunidade de estudar, já que o próprio não teve. Essa é a realidade de muitas famílias brasileiras, precisando se manter pelo trabalho, opta por não estudar, ou não estudar na idade certa.

3.1.4 O Campo Profissional dos JAPL Entrevistados

São variadas as profissões apontadas pelos cidadãos privados de liberdade, de acordo com os dados a seguir (Tabela 6).

Tabela 6: cidadãos privados de liberdade e suas respectivas profissões

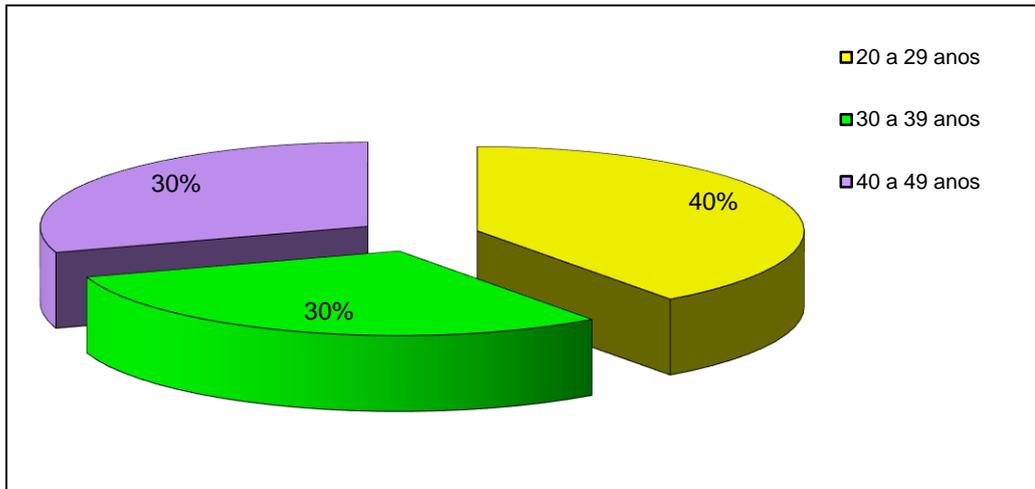
Profissão	Quantitativo
Autônomo	01
Soldador	01
Vaqueiro	01
Braçal	03
Auxiliar de Serviços Gerais	01
Pintor	02
Pizzaiolo	01

Os participantes indicaram que, apesar de não terem formação acadêmica, possuem uma profissão fora do Sistema Prisional de São Mateus. Isto porque há profissões que não exige tanto estudo ou conhecimento acadêmico e sim técnico. Mas com uma remuneração nada digna. Essa indicação é relevante e reafirma o que indicaram anteriormente, pois não tiveram oportunidade de estudar e sua busca pela sobrevivência foi mais acentuada que a formação, o que buscam agora, privados de liberdade.

3.1.5 Faixa Etária dos Privados de Liberdade

O que se apresenta no Gráfico 06 se refere à idade dos sujeitos privados de liberdade no Sistema Prisional de São Mateus-ES.

Gráfico 6: Faixa etária aproximada dos cidadãos em liberdade privada no Sistema Prisional de São Mateus



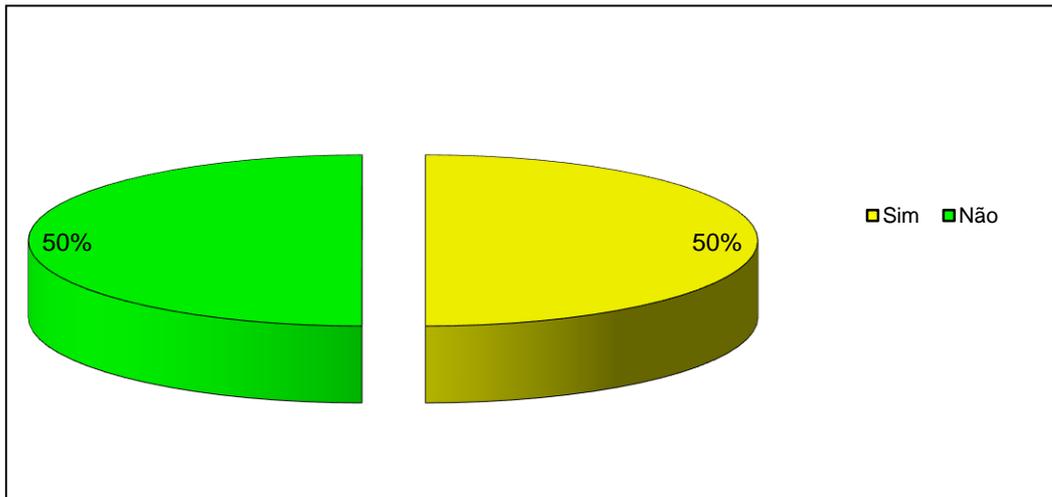
A pergunta envolvia o ano de nascimento dos entrevistados. Suas respostas atenderam às décadas de 1970, 1980 e 1990.

Assim, as respostas alcançaram o seguinte: a maioria, 40%, indicou ter entre 20 a 29 anos; 30% estão entre 30 a 39 anos e os demais 30% apontaram ter 40 a 49 anos. Percebeu-se que é uma população jovem, não ultrapassando os 50 anos, mantendo-se entre os 20 e 49 anos.

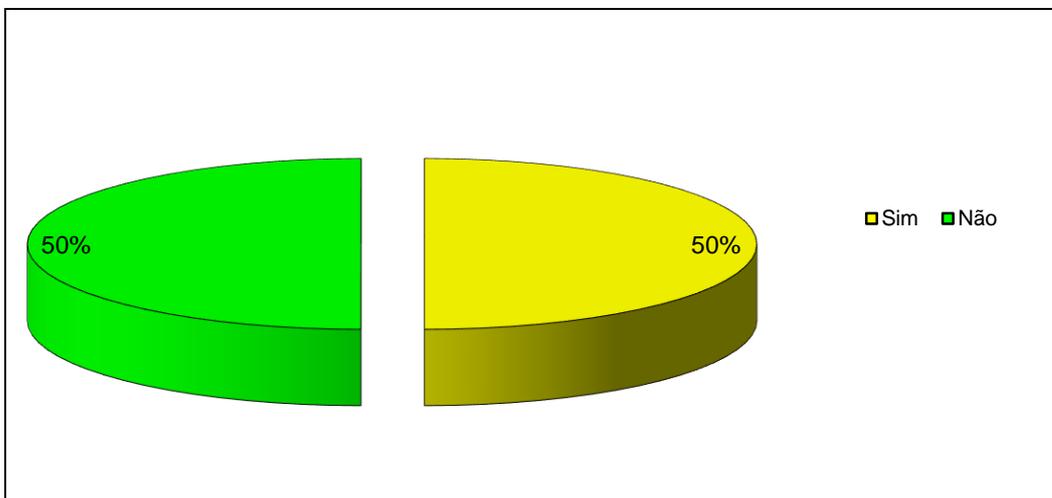
Apesar de ser uma população jovem, sua idade está avançada para a alfabetização, o que pode dificultar o processo de aprendizagem. Sendo também de baixa renda, e num momento em que se encontram em “formação de opinião”, estão acessíveis a todo tipo de informação. Ao procurar trabalho em empresas públicas ou privadas como não tem capacitação, quem indica ou experiência, ficam a margem da sociedade, excluídas, sem fontes de renda. Mas o mundo crime, sim, este acolhe. E diante da falta de perspectivas no meio em que vive, buscam caminhos mais fáceis.

3.1.6 O Processo de Escolarização

Conforme indicativo de não escolaridade e estarem integrados no Programa de Alfabetização do Sistema Prisional de São Mateus, os participantes da pesquisa, indicaram se alguma vez já frequentaram escola ou não (Gráfico 7).

Gráfico 7: Frequentou à escola?

As respostas indicaram que a metade dos participantes já frequentou a escola e a outra metade não. Sobre isso, e complementando as respostas, os 50% que frequentaram foi somente até o 1º ou 2º ano de alfabetização; os demais não frequentaram por falta de oportunidades, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 8: Saiu da escola?

Apesar de objetiva, esta questão também foi complementada pelos alunos privados de liberdade, quando expuseram que a pobreza extrema e a distância da escola os fizeram abandonar os estudos. Uns foram trabalhar e outros ficaram à toa, até se envolverem em situações de vulnerabilidade social e de infrações à lei. Vulnerabilidade esta, sem recursos financeiros, moradia adequada, e acesso a oportunidade para seu desenvolvimento enquanto pessoa e enquanto cidadão. E a principal forma

de tirar as pessoas da situação de vulnerabilidade social por meio de investimento a educação, sendo possível apresentar novos horizontes e a oportunidade de transformação de vidas.

3.1.7 A Representação Pessoal do Não Letramento

O sentimento de cada um a respeito de não saber ler e escrever. As demonstrações de sentimentos foram: “muito triste”, “excluído”, “como um cego”, “perdido”, “muito mal”, “com vergonha”, “mal realizado”, “incompleto”. Todos sentimentos negativos, indicando que a baixa estima é preponderante entre eles.

Percebe-se, nas falas dos JAPL, a desumanização, o que Paulo Freire (1983) chama de “ser menos”. Neste caso, a luta pela alfabetização perpassa pelo “ser mais”. Isso significa que o ser humano possui em si uma vocação antológica de ser mais. A pedagogia realmente libertadora atua nesta vocação do “ser mais” da pessoa humana. “Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos (FREIRE, 1983, p. 41)”.

Aprender a ler e escrever não é só um objetivo mais importante na vida escolar, é uma vivência única para cada pessoa. Ao dominar a leitura, abre-se a possibilidade de adquirir conhecimento e, através deste, na aprendizagem, preenche o espaço da mente e o faz pensar antes de agir ou tomar qualquer atitude. Tem o mesmo, assim, a possibilidade de enxergar diferente a realidade e desenvolver raciocínio, alargar a visão de mundo, de si mesmo, do outro, participando ativamente da vida social. Por partilhar esse princípio é que a pedagogia do oprimido implica dois momentos distintos.

O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação, o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1983, p. 41).

Segundo Freire, o despertar da consciência crítica se dá também com o processo educativo de conscientização. Homens e mulheres só podem ser conscientes à medida que conhecem.

Todos, inclusive os alunos privados de liberdade têm sonhos, esperança e vontade, ser libertos, dar continuidade aos estudos, constituir família, trabalhar enfim ser

respeitados. Mas a sociedade ainda guarda muito preconceitos, discriminação e muitas vezes isso não é possível. Esses direitos de ser humano lhes são negados.

O próprio sistema não oferece condições necessárias para que estes deem continuidade aos estudos, ou consiga um bom trabalho pós cárcere.

Dizer nestes tempos que o aluno privado de liberdade não tem direito é uma ideia antiga. E não condizente com a lei. Pois perante a lei todos tem direito. Mudar paradigmas e conceitos da sociedade dar visibilidade a esta temática é que parece distante.

Percebe-se que a alfabetização aponta o aluno para uma profissão. E que esta seja um processo de humanização que vai possibilitar quebra de preconceito, paradigmas e crescimento destes, tanto dentro, quanto fora do sistema penitenciário.

3.1.8 A Compreensão dos JAPL Sobre a Educação Recebida no Sistema Prisional de São Mateus

Em questões subjetivas, os participantes puderam opinar sobre a educação, alfabetização, os métodos utilizados nas aulas e, por fim, sobre a relevância da educação para o crescimento de cada um deles. As respostas foram as mais diferentes umas das outras:

Aluno 1: Muito importante, sem ela não se educa.

Aluno 2: A pessoa que não conhece a leitura é cega. O estudo dá uma outra visão. Parece um segredo que a pessoa descobre. Eu aprendi a ler e escrever aqui na prisão (escola). Quando pego um livro já sei o que está escrito.

Aluno 3: Sim. A educação é a melhor coisa da vida.

Aluno 4: Muito importante. Quem não tem educação se torna ignorante.

Aluno 5: Demais, quem tem educação tem respeito. Tem valor. Consegue o que quer.

Aluno 6: Muito importante. Para ter um momento de recomeço, e um bom emprego precisa da educação.

Aluno 7: Com certeza é o melhor que tem, sem a educação a gente não vai a lugar nenhum.

Aluno 8: Muito importante, tanto para o crescimento pessoal, social e mental. A leitura pode ajudar nos momentos de dificuldades.

Aluno 9: Muito importante. É bom para ter um futuro melhor. O juiz está lá naquela posição porque estudou. Eu não tive nenhuma oportunidade.

Aluno 10: Muito importante. Com a educação consegue qualquer coisa: família e trabalho.

Percebe-se nas falas que os alunos privados de liberdade não estudaram no tempo certo, mas têm plena consciência de seu papel no mundo e do que a educação bem lhes pode oferecer. Essa abordagem reforça a necessidade da EJA no Sistema Prisional trabalhar voltada para a formação libertária dos alunos e não uma formação

conteudista.

A formação acadêmica dos alunos em privação de liberdade é, no sentido de “ser mais” que Freire (2010) nos coloca, é ser mais do que os conteúdos trabalhados, ser mais do que o sistema prisional deseja deles, mais do que as professoras venham a ensinar. Ser mais cidadão, mais crítico e consciente de seu papel no mundo e do que pode acrescentar ou mudar nele. “Faz-se necessária a criação de espaços de ação-reflexão, reflexão-ação que propiciem que o ‘ser mais’ se emancipe, pois este, está inscrito na natureza dos seres humanos” (FREIRE, 2010, p. 75).

Em relação ao método, recursos e o processo de alfabetização utilizado, se é satisfatório e o que teria de sugestão. Os participantes, unanimemente, destacaram o método e recursos serem satisfatórios e suficientes e enfatizaram que a professora é paciente e explica várias vezes, quantas precisarem. Essa parceria e respeito entre alunos e professora, na fase de alfabetização, principalmente, é bastante relevante, pois é um processo dificultoso, dada a idade dos educandos e sua situação atual (privado de liberdade).

A educação é o meio de fazê-los diferentes. Apontaram que ela ajuda na diminuição da ignorância, na tolerância, na continuidade dos estudos, quando saírem dali, no tratamento com as pessoas, a deixar de ser analfabeto e ler o que se passa no mundo externo, e a poder assinar documentos.

Essas respostas acentuam a necessidade dessa formação humanizada elencada por Freire (1979), de forma que possam sair desse local cidadãos com mais dignidade, mais vontade de vencer e de mudar suas vidas e de sua família.

Cada qual possui objetivos que não são dialogados em sala de aula, mas que de vez em quando alguns deixam “escapar”, quando aprendem algo que sabem que lhes será útil.

A aprendizagem da alfabetização de adultos deve cumprir esse papel de formação libertadora, para que os alunos/cidadãos possam exercer sua cidadania de forma crítica e consciente de seus direitos e, acima de tudo, de seus deveres na sociedade.

Dessa forma, o professor alfabetizador precisa estar atento às indicações dos alunos. Mesmo com pouco diálogo, de maneira a não estabelecer vínculos, conforme descreve o Programa de Alfabetização Prisional, o planejamento docente precisa estar voltado às necessidades desses internos, privados de liberdade.

Autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade (FREIRE, 2010, p. 107).

A partir da autonomia dada pelas professoras alfabetizadoras, as pessoas/alunos em privação de liberdade podem aprender mais facilmente, sem se preocupar somente com os conteúdos programáticos, mas com seu porquê, sua funcionalidade e sua construção. Conforme evidencia Carreira (2009, p. 11) “A educação de analfabetos e jovens reclusos deve estar integrada no sistema educacional do país, para que depois da sua libertação possam continuar, sem dificuldades, a sua formação. ”

3.2 AS PROFESSORAS NO SISTEMA PRISIONAL DE SÃO MATEUS-ES

Nessa etapa, desenvolveu-se entrevista com 2 professoras do Sistema Prisional de São Mateus. Foi realizada no mês de novembro de 2019, logo após a entrevista e transcrição digitalizada da entrevista realizada com os alunos do mesmo Programa. Como o número de professoras é pequeno, optou-se por análise qualitativa, apenas com discussão sobre as perguntas e respectivas respostas dadas pelas participantes. Por solicitação destas profissionais e por questões éticas, optou-se por denominá-las neste trabalho por professora A e professora B. Ressalta-se que foram feitas 6 perguntas às duas professoras, ambas alfabetizadoras do Sistema Prisional de São Mateus-ES.

3.2.1 A EJA no Sistema Prisional e a EJA em Classes Regulares

É pertinente destacar as falas das professoras que foram participantes da pesquisa.

Professora A: Em escolas regulares o professor leva para a sua sala o material que sua aula requer. Enquanto que no sistema prisional, não. Tudo é restrito e confiscado. Na base conta-se tudo (caneta, caderno, lápis...) todos os dias. Na entrada e na saída.

Professora B: No quesito aprendizagem por eles estarem fora das informações tem muita dificuldade. Porém, no quesito interesse do aluno é melhor porque devido ao confinamento a única ponte que o aluno tem com o exterior (fora) é a escola. A escola é a única forma de ter contato, a única válvula de escape. O professor é quem mais o respeita. A educação é a luz no fim do túnel.

Pelas explicações, vê-se que a professora A analisou a questão em relação

ao sistema prisional e sua rigidez e, como isso, é complexo em se tratando de alfabetização, período que requer muitos recursos didáticos.

Já a professora B, analisou sob a visão da aprendizagem com respeito, sem indisciplina, e como a afinidade que deve existir entre o professor alfabetizador e seus alunos, afinidade que não deve se confundir com afetividade, naquele espaço.

A atenção é um sentimento positivo, que as professoras precisam desenvolver nas turmas de alfabetização da EJA do sistema prisional, pois a partir desse sentimento, da motivação, e de outros fatores positivos, é que os alunos serão capazes de ter fé, que os alavancará para novas conquistas e a capacidade de aprender e se libertar, para ser cidadãos, pessoas aptas a retomar sua vida fora daquele espaço, livres, literalmente, em seus direitos. “Fé na vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens” (FREIRE, 1983, p. 93-94).

3.2.2 Sobre o Sentimento de Lecionar no Sistema Prisional

O segundo questionamento lançado para as professoras foi: “Como se sente em trabalhar em um estabelecimento prisional?” A pergunta foi respondida pelas professoras da seguinte maneira:

Professora A: Privilegiada por conhecer pessoas tão diferentes da minha realidade.

Professora B: Me sinto professora de verdade, realizada. Aqui o foco do aluno é o estudo.

As respostas indicam que a realidade do sistema prisional, em relação à educação (alfabetização), é diferente, tanto para alunos como para as professoras, pois têm uma classe disciplinada e monitorada, em que não há nada extra ao que elas ensinam e delegam aos alunos e a vivência dos alunos que, mesmo sendo considerados “perigosos” pelo mundo exterior, são passivos ao ensinamento da leitura e da escrita.

3.2.3 A Metodologia e os Recursos Didáticos Utilizados no Processo de Alfabetização

Quando questionadas sobre o material e o método utilizado na alfabetização, as respostas destacadas fortalecem a educação tradicional.

Professora A: O básico: livro didático, caderno, borracha e lápis.

Professora B: Livros, quadro, pincel, tv, filmes, pendrive, material de pesquisa impresso, panfleto de supermercado, método: aula expositiva, pesquisa bibliográfica – tanto o tradicional quanto o construtivista ou aquele que o aluno se adapta melhor. O adulto aprende melhor com o tradicional, silabando.

As respostas indicam que a Professora B explora uma variedade maior de recursos e de métodos, o que deve facilitar o trabalho de alfabetização, principalmente com adultos.

Já a Professora A trabalha apenas com o que julga básico: material disponibilizado pela unidade prisional e pela escola a que está subordinada.

A escolha e utilização dos recursos didáticos passa a ser uma opção de cada professora. O sistema não exige ou indica o que usar, ele possui regras, mas antes delas, há muito a ser explorado. Quando a professora se utiliza de ferramentas e novas metodologias para ensinar, ela deseja que seus alunos aprendam e, a partir do conhecimento, transformem sua realidade, sua vida. Por isso é relevante inovar para transformar o que não está bom. “[...] a transformação é a busca por um novo mundo” (FREIRE, 2010, p. 80). Mesmo que o externo ainda não seja sua realidade, os alunos precisam conhecer para buscar melhorias, como disseram, para assinar o próprio nome, para ler o que o mundo externo lhe apresenta, para conseguir um emprego, e outros depoimentos.

Na visão das professoras entrevistadas, seus trabalhos na instituição deveriam ser acompanhados de mais projetos de apoio àqueles que não evoluem na alfabetização. Exemplo: contra turno. E também diminuir a quantidade de medicamento para quem faz uso, pois os tornam sonolentos e atrapalham a aprendizagem (Professora A). A Secretaria de Segurança poderia valorizar mais a educação. O que o aluno privado de liberdade faz de errado, o castigo é retirá-los da escola (Professora B).

A instituição prisional possui suas normas internas e isso se aplica ao Programa de alfabetização e os demais. O estudo é visto como uma forma de remição, em que o aluno privado de liberdade compensa em sua penalidade. As sanções a que ele se submete dependem de seu comportamento, caso seja bom, alcança bônus.

É válida cada sugestão de alteração, mas há sistemas que ainda são fechados em suas regulamentações e devem ser conhecidos e respeitados, para segurança, inclusive das professoras.

3.2.4 As Dificuldades dos Professores Para Desenvolverem Seus Trabalhos Juntos aos JAPL

Observa-se que as professoras pecam pela sua própria metodologia, de cunho tradicional, quando afirmam “despertar nos alunos o interesse pelos conteúdos” (Professora A). Porém, apresentam uma outra dificuldade, que é concreta no trabalho pedagógico com encarcerado, pois, “nem todos os materiais necessários podem ser utilizados” (Professora B).

Ambas destacaram dificuldades, mas diferentes entre si. A Professora A indicou que julga mais complexo despertar o interesse dos alunos. Mas sua motivação em relação aos recursos didáticos e métodos, indicados como resposta na questão 3, mostraram que ela não os varia, optando pelo básico. Se investisse mais em práticas motivadoras, certamente os alunos teriam mais interesse.

Se a relação professora-alunos fosse mais cordial, mais próxima, no sentido de dar atenção, de se preocupar com inovar suas aulas com recursos e metodologia que motivassem seus alunos a aprender, certamente a aprendizagem fluiria. Sobre isso, Freire nos indica que a relação pode ser positiva ou negativa, dependendo da maneira como ela for estabelecida entre esses seres. “[...] as relações entre educadores e educandos são complexas, fundamentais, difíceis, sobre que devemos pensar constantemente” (FREIRE, 1997, p. 53), mas podem ser melhoradas, se houver empenho por parte dos professores.

As aulas de alfabetização no sistema prisional precisam se tornar momentos mais prazerosos, em que professoras e alunos possam não apenas estudar conteúdos programáticos, mas dialogar sobre a vida, a partir de pontos positivos, a partir do que os alunos vivenciaram e que lhes foi satisfatório, ou mesmo o que desejam que seja.

Procurar conhecer a realidade em que vivem nossos alunos é um dever que a prática educativa nos impõe: sem isso não temos acesso à maneira como pensam, dificilmente então podemos perceber o que sabem e como sabem (FREIRE, 1997, p. 53)

Já a Professora B gostaria de utilizar mais materiais didáticos, mas como há restrições, devido ao fator segurança, não os pode usar. Um ponto que, apesar de ser uma dificuldade, pode se configurar como ação de segurança para sua integridade,

pois os alunos estão ali e não se conhece a fundo a personalidade e os seus pensamentos. **No entanto o professor pode usar estratégias, ser dinâmico, pesquisador, fazer a diferença e o aluno espera por isso.**

As maiores dificuldades encontradas na alfabetização dos alunos, segundo as professoras, perpassam o uso de drogas, incluindo as bebidas alcoólicas, o que dificulta a aprendizagem e atrapalha o desenvolvimento dos alunos em privação de liberdade.

Em relação ao processo de alfabetização, por serem adultos e estarem há bastante tempo fora da escola, o processo é mais complicado que de uma criança. Mesmo sem um estudo mais aprofundado sobre o uso de drogas, a professora A afirma, pelo senso comum, que há influência de tóxicos na vida dos alunos, o que atrapalha a concentração e a aprendizagem, sendo um processo longo e não se sabe até onde aprenderão. Por outro lado, o Sistema Prisional não possui tratamento para dependentes químicos. No entanto tem alguns projetos que tratam desta questão com palestras.

A escola se apresenta como um dos principais espaços sociais, após o lar. É no espaço escolar que se desenvolvem as primeiras experiências sociais e é também neste local que se estará conhecendo outros conceitos, na maioria das vezes, bem diferentes dos seus. Em âmbito de cárcere, onde a sala de aula é o espaço de uma penitenciária, as dificuldades são bem maiores, o que requer do profissional alfabetizador uma formação para a atuação eficaz, dentro das possibilidades.

Essas divergências conceituais é que vão dificultar a aprendizagem, pois palavras, atitudes e cálculos, entre outros, estarão se apresentando nas aulas e pelo docente como de outra forma que a aprendida no espaço em que o aluno se encontra. Por exemplo, há palavras que não podem ser trabalhadas naquele espaço, que se fossem, gerariam conflitos e outros sentimentos ruins. Pois o contexto de vida não exige ações e sentimentos bem elaborados ou mesmo que se “tire a prova”, serão contextos que gerem harmonia entre os alunos. Também na leitura, pois a interpretação do aluno de uma palavra ou imagem depende das associações que ele faz.

Dessa forma, o aluno conhece no contexto de vida, mas não consegue conhecer nas aulas dadas, pois não se configura como significativo para ele. Coll, Palacios e Marchesi (*apud* CAMARGO, 2012, p. 4) destacam que,

[...] Ausubel considera evidente que a principal fonte de conhecimentos pro-

vém da aprendizagem significativa por recepção. A aprendizagem por descoberta e, em geral, os métodos de descoberta têm uma importância real na escola, especialmente durante os primeiros anos de escolaridade, assim como para estabelecer os primeiros conceitos de uma disciplina em todas as idades, e para avaliar a compreensão alcançada mediante a aprendizagem significativa [...].

Aprender, na e para a vida, é conhecer e reconhecer. Vai muito mais além do que a escola imagina com suas sistemáticas e seus planos bem elaborados. O Jovem e adulto em liberdade privada deseja conquistar seu lugar, redimir sua pena e, quem sabe, viver e conviver numa sociedade que ainda não sabe como e se o aceitará.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados coletados na pesquisa bibliográfica desenvolvida, entende-se que a EJA prisional poderia ser melhorada, se o foco fosse a formação humanitária dos alunos e a formação profissional e não apenas a alfabetização com domínio de conteúdos.

Sistematicamente, os alunos desejam melhoria na qualidade de vida e esperam que isso aconteça através do conhecimento adquirido. Entretanto, analisando o currículo desse sistema educacional e sua metodologia, identifica-se que ambos não se direcionam à formação humanitária, ou seja, para a vida pós cárcere, que provavelmente é cercada de preconceitos, segregações e discriminações. O aluno deve ser preparado para essa realidade que o espera.

Falta mais estudos e pesquisas relacionados à educação libertadora, por parte dos professores, que se veem, na maioria das vezes, como cumpridores de regras do sistema e que sua obrigação é, muito mais, de aplicador de conteúdos do que formador de cidadãos, pessoas que dependem de sua motivação para “ser alguém”, ou melhor, para se tornar alguém na sociedade.

Aos professores também deve ser oportunizada essa formação humanizadora. O que seria essencial, pois a metodologia atual é “engessadora”, privando-os de uma prática criativa e diferenciada. Sabe-se que o sistema prisional tem suas normas, mas é preciso um olhar diferente, ante esses cidadãos que ali estão. Seu restabelecimento e reinserção na vida comum é fundamental, pois é mais uma chance de viver em sociedade e de esta os perceber como parte integrante.

Nesse sentido, a alfabetização na EJA prisional forma acadêmicos que certamente um dia estarão saindo, sendo libertos de seu espaço. Seria de grande relevância, então, que estes saíssem melhores do que ali entraram, mais conscientes de seu papel e mais almejantes de, como cidadãos, assumir seus deveres e resgatar seus direitos um dia anulados.

Quando o professor atua nas turmas de alfabetização e letramento de adultos e em sistema prisional, precisa estar preparado para as dificuldades que pode encontrar em sua prática diária, pois, como alertaram os diversos autores aqui discutidos, as situações de aprendizagem são imprevisíveis, e cada dia acontece de uma maneira.

A formação docente é um ponto relevante, pois a partir do conhecimento teórico o professor pode buscar subsídios que enriqueçam sua prática, contribuindo para um planejamento que abranja estratégias de ensino-aprendizagem focados em recursos concretos, e em associações do conteúdo com elementos que os alunos conheçam fora do contexto da escola, ou mesmo em seu interior.

Sobre o planejamento, entende-se que ele deve se realizar como forma de organização da prática, evitando improvisos e acrescentando novidades, para que não se utilize de atividades ultrapassadas, que não atendam às necessidades da turma e dos alunos, pois cada um possui suas peculiaridades. As quais devem ser respeitadas.

Importa que o professor tenha conhecimento de que os alunos aprendem a partir de aspectos sociais, ambientais e biológicos, pois uns desenvolvem sua maturidade mais precocemente e outros demoram mais, estando ainda despreparadas para a alfabetização e o letramento.

Finalmente, destaca-se que ao alfabetizar e letrar, o professor precisa entender que não estará apenas ensinando a decodificar letras, sílabas, palavras. Há muito mais. Ela estará orientando a leitura de um cidadão que aprenderá a ler e compreender palavras, gestos, imagens, pessoas e o mundo, contribuindo para com as mudanças necessárias ao seu favor.

O objetivo geral da presente pesquisa centrou-se em analisar quais são os desafios e possibilidades da alfabetização no ensino aprendizagem de jovens e adultos no sistema prisional do município de São Mateus-ES. Tanto na pesquisa bibliográfica, quanto na pesquisa de campo, foi possível alcançar esse conhecimento, pois existe a necessidade de formação docente e discente voltada para a humanização, para uma educação libertadora, que possa auxiliar os alunos em seu encontro com o “ser” defendido por Freire (1983) e, certamente, menos arraigada a conteúdos.

Para que o propósito geral fosse alcançado, os objetivos específicos foram delimitados. Assim, foi possível identificar como a alfabetização consegue ressignificar a vida de jovens e adultos privados de liberdade e tecer análise crítica sobre esse processo, perfazendo conceito de alfabetização e de ressignificação da educação nesse âmbito. Também se alcançou o intento de observar as interações sociais e as práticas docentes no sistema prisional masculino de São Mateus, usando como aporte o questionário, bem como depoimentos das professoras que trabalham nesse contexto.

As discussões não se fizeram na intenção de criticar o trabalho desenvolvido por elas, mas como proposição de mudanças para transformação, também endossada por Freire (2010); e, finalmente, o último objetivo específico foi elaborar material didático pedagógico específico, que contribua para a alfabetização dos jovens e adultos privados de liberdade, que vem apresentado como apêndice neste trabalho. Uma forma de orientar os colegas professores que também buscarem atuar nesse espaço não escolar, que é o Sistema Prisional de São Mateus.

Por conhecer e vivenciar essa realidade, inicialmente parecia ter pleno conhecimento a respeito da educação no sistema prisional. Entretanto, as leituras, estudos e pesquisas indicaram que ainda tenho muito que pesquisar e aprender, mas que o caminho é esse, infinito, cheio de possibilidades, que se misturam a sentimentos gerados naquele espaço: afeto, carência, saudade, ódio, revolta, medo, que são reais e completam a vida limitada daqueles cidadãos privados de liberdade. Eles são seres que precisam “SER”, se encontrar e um dia, quem sabe, voltar à convivência externa, fazendo diferente, transformando o mundo no que de melhor ele pode ser. Muito mais do que ensinar e aprender o “BE” a “BA”, a alfabetização é social, deve haver um pacto dela com a cidadania, pois assim se gera mudança na vida dos cidadãos que ali estão, sedentos de palavras. Acima de tudo, que elas os libertem, lhes deem autonomia e os reintegrem ao mundo.

A escola atual deveria visar o preparo dos alunos com mentalidade flexível e adaptável para enfrentar as transformações e os desafios do mundo; pessoas que aprendem a aprender e, conseqüentemente, estejam aptas a continuar aprendendo sempre. Portanto, cabe à escola, como centro de educação sistemática, refletir junto aos educadores e tentar aproximar o máximo do seu currículo às necessidades da comunidade. Sendo assim, esse currículo deve ser completo, contemplando não só a aprendizagem de conteúdos e habilidades específicas, mas também um currículo preocupado em oferecer condições para a aplicação, pelo aluno, dos conhecimentos adquiridos.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, R. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. São Paulo: Papyrus, 1983.

BEBER, B. **Reeducar, reinserir e ressocializar por meio da Educação a Distância**. Florianópolis (SC), 2007. Disponível em: <http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2007/08/Bernadette-Beber.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 dez. 2019.

_____. **PARECER N.º:01/2000**. Sobre o Decreto Federal n.º 2.208/97, que regulamentou a educação profissional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2000/pceb001_00.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. 2013. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 22 Mar. 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm. Acesso em: 05 dez. 2018.

_____. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias- INFOPEN**. Dez. 2019.

BURGARDT, L. **Novos métodos de aprendizagem ganham espaço no desenvolvimento das competências dos alunos**. 2005. Disponível em: <http://www.universia.com.br/docente/materia.jsp?materia=7829>. Acesso em: 05 dez. 2018.

CAMARGO, P. da S. A. S. **Desenvolvimento infantil e processos de aprendizagem e ensino: alguns olhares e contribuições**. 2015. Disponível em: www.dentclean.com.br/dentclean/Portugues/manPublicacao.php?c=6. Acesso em: 12 maio 2019.

CARREIRA, D. **Relatoria nacional para o direito humano à educação: educação nas prisões brasileiras**. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2019.

CARVALHEIRO, M. S. **Políticas públicas educacionais da EJA aplicadas nas unidades prisionais pós 1995**. 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/apolpbeja.pdf. Acesso em: 04 mar. 2018.

CASTANHEIRA, M. L.; MACIEL, F. I. P.; MARTINS, R. M. F. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora: Ceale, 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**, 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

COLL, C. **Ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

COSME, G. M. **Da formação no curso de licenciatura em matemática de São Mateus ao profissional da EJA**. Dissertação de Mestrado em Educação. Vitória: UFES, 2009.

DAVIS, Angela Y. **A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria do Estado da Justiça. **Cursos profissionalizantes**. 2019. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/>. Acesso em 02 set. 2019.

FALCONI, R. **Sistema prisional: reinserção social?** São Paulo: Ícone, 1998.

FERNANDES, M. A. de S. **São Mateus: contextos da EJA e perspectivas do Proeja a partir das determinações do imaginário social**. Especialização em Educação Profissional Técnica integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Serra: Instituto Federal do Espírito Santo, 2010.

FERREIRA, A. R. **Crime-prisão-crime: o círculo vicioso da pobreza e a reincidência no crime**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2018.

FERREIRO, E. **Reflexão sobre Alfabetização**. 26. ed. São Paulo Cortez, 2011.

_____; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Trad. Diana Myriam. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Alfabetizando leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2010.

GADOTTI, M., **Movimento brasileiro de alfabetização**. Brasília: MEC, 1995.

_____; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOODSON, I. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 2002.

KLEIMAN, A. (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Coleção Letramento, Educação e Sociedade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LEMOS, A. M.; MAZZILLI, C.; KLERING, L. R. Análise do trabalho prisional: um estudo exploratório. **Rev. adm. contemp.** vol.2 no.3 Curitiba Sept./Dec. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6555199800030008. Acesso em: 10 abr. 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O essencial da didática e o trabalho de professor**: em busca de novos caminhos. 2011. Disponível em: <http://www.fadep.com.br/restrito/conteudo/pos_gestaoambiental_libaneo_o_essencial_da_didatica_e_o_trabalho_do_profesor.pdf>. Acesso em: 06 maio 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENEZES, M. G.; SANTIAGO, M. E. Um estudo sobre a contribuição de Paulo Freire para a construção crítica do currículo. **Revista Espaço do Currículo**, v. 3, n. 1, p. 395-402, mar./set., 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/9100/4788>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

MILES, M.; HUBERMAN, A. M. **Análise qualitativa**. Califórnia: Sage, 1994.

MIZUKAMI, M. da G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 2006.

MOREIRA, D. A. (org.) **Didática do ensino superior**: técnicas e tendências. São Paulo: Pioneira, 2012.

OLIVEIRA, O. M. **Prisão**: um paradoxo social. 2. Florianópolis: DAUSFC, 1996.

OLIVEIRA, Q. da C.; NASCIMENTO, R. K. do; RAGASSI, R. C. V. Ressocialização de apenados por meio da qualificação profissional Centro de Formação Profissional para Recuperandos em regime semiaberto CEFOP. In: **II Congresso Consad de Gestão Pública** – Painel 62: Gestão em segurança pública. Disponível em: http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/painéis_II_congresso_consad/painel_62/ressocializacao_de_apenados_por_meio_da_qualificacao_profissional.pdf. Acesso em: 02 out. 2018.

PAIVA, J. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de Jovens e Adultos. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez. 2006.

PERRENOUD, P. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. **A prática reflexiva do ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, J. **A equilibração das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

PINHEIRO, L. V. R. **Fontes ou recursos de informação: categorias e evolução conceitual**. 2007. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pb_cib/article/viewFile/8809/4716. Acesso em: 01 mar. 2018.

RIBEIRO, V. M. B. A construção do conhecimento, o currículo e a escola básica. In: **Em Aberto**. Brasília: ano 12, n. 58. 2003.

SILVA, T. T. da. Quem escondeu o currículo oculto. In: **Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SIMIONATO, M. F. **Desmistificando competências**. São Paulo: Paper, 2003.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Trabalho apresentado no GT Alfabetização, Leitura e Escrita, durante a 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG, de 5 a 8 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2017.

SOARES, M. B.; BATISTA, A. A. G. **Alfabetização e letramento**. Caderno do Professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

TELLES, V. S. Questão social, afinal de que se trata? **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n.4, São Paulo, Fundação Seade, 1996.

TORRES, A. A. **Para além da prisão: experiências significativas do Serviço Social na Penitenciária Feminina da Capital/SP (1978-1983)**. Tese (Doutorado) São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

TRALDI, L. L. **Currículo**. São Paulo: Atlas, 2007.

VEIGA, I. P. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2006.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Rev SOCERJ**. 2007; setembro/outubro. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34829418/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Dsetembro_outubro_O_Estudo_de_Caso_como_M.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190821%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20190821T232529Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=295b7717379a149a040088058bc4c12676417e5a8d9ed4d0678c604fadf0a212. Acesso em: 20 jul. 2019.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ENTREVISTA COM ALUNOS**Entrevista Para Pesquisa de Mestrado com Alunos do Sistema Prisional de São Mateus.**

- 1- Quanto tempo se encontra detido:

- 2- Grupo de Etnia: () Branco () Pardo () Negro

- 3- Estado civil:() Solteiro () Casado () outro Qual? Amasiado

- 4- É filho único? Quantos irmãos? Quantos tiveram oportunidade de estudo?

- 5- Qual a Sua Profissão?

- 6- Qual o ano do seu nascimento?

- 7- Frequentou a escola? Até qual série?

- 8- Saiu da escola?
() sim () Não Por quê?:

- 9- Como se sente por não saber ler e escrever?

- 10- Considera a educação importante para o seu crescimento? Justifique:

- 11- O método utilizado e os recursos (a forma que são realizadas as aulas) no processo de alfabetização é satisfatório. Se não, qual a sua sugestão? É satisfatório

- 12- Que diferença fará a educação para você?

APÊNDICE B: ENTREVISTA COM PROFESSORAS



Entrevista Para Pesquisa de Mestrado com Professores do Sistema Prisional do CDP e PRSM de São Mateus.

- 1- O que percebe de diferente da EJA no sistema prisional da EJA extramuros em Classes regulares?
- 2- Como se sente em trabalhar em um estabelecimento prisional?
- 3- Que material e qual o método utilizado na alfabetização?
- 4- O que deveria mudar no seu trabalho ou na instituição onde trabalhas?
- 5- Você encontrou dificuldade para desenvolver o trabalho em virtude do encarceramento?
- 6- Quais as maiores dificuldades encontradas na alfabetização dos alunos?

APÊNDICE C: AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA



espi-on

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO MATEUS - CDPSM**

OF. /SEJUS/CDPSM/Nº. 1256/2019

São Mateus, 05 de setembro de 2019.

**AO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU Mestrado
PROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DA FACULDADE VALE
DO CRICARÉ/FVC**



Assunto: **AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO.**

Ao cumprimenta-los, conforme solicitado, sirvo-me do presente para informar que está **AUTORIZADO** a pesquisa de campo da aluna MARENILDA GOMES DO NASCIMENTO ARAUJO nas dependências desta Unidade Prisional (Centro de Detenção Provisória de São Mateus).

Atenciosamente,


ALESSANDRA RODRIGUES COSTA
Diretora de Unidade Prisional
Nº. Funcional: 2493659



03/09/2019

Autorização de pesquisa - Marenila Gomes

De: "Programa Educacional" <programaeducacional@sejus.es.gov.br>
Para: cdpsm@sejus.es.gov.br, diretorudpsm@sejus.es.gov.br
CC: "marenila gomes do nascimento" <marenila-gomes@hotmail.com>
Assunto: Autorização de pesquisa - Marenila Gomes
Data: 02/09/2019 09:31:10

Prezados, Bom dia!

Informo que a pesquisa de campo da professora Marenila Gomes do Nascimento Araujo, foi autorizada pelo secretário.

Sendo assim, a pesquisadora poderá iniciar sua pesquisa nesta unidade prisional.

Qualquer dúvida estou a disposição.

Atenciosamente,

Rayne Neves da Silva Casarito

Subgerência de Educação - SUBED

Gerência de Educação e Trabalho - GET

Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS

(27)3636-5861

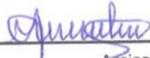
Antes de imprimir pense em seu compromisso com o meio ambiente.

As informações existentes nesta mensagem e em seus arquivos anexados são para uso restrito, sendo seu sigilo protegido por lei. Caso você não seja o destinatário, saiba que leitura, divulgação ou cópia são proibidas. Neste caso, favor notificar o remetente e apagar as informações. O uso impróprio destas informações será tratado conforme às normas da empresa e a legislação em vigor.

APÊNDICE D: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AO COMITÊ DE ÉTICA



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL DA UNIDADE DE SÃO MATEUS-ES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 12			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Ciências Tecnológicas e Educação			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Marenilda Gomes do Nascimento Araujo			
6. CPF: 946.173.097-72		7. Endereço (Rua, n.º): POMAR DOS COLIBRIS MORADA DE RIBEIRAO casa SAO MATEUS ESPIRITO SANTO 29936340	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 27999997260	10. Outro Telefone:	11. Email: marenilda013gomes@gmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>05</u> / <u>11</u> / <u>2019</u>		 _____ Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA		13. CNPJ: 01.997.757/0001-64	14. Unidade/Órgão:
15. Telefone: (27) 3763-4505		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>Salimar Roberto Riva</u>		CPF: <u>290.534.397-49</u>	
Cargo/Função: <u>Diretor Geral</u>		 _____ Assinatura	
Data: <u>05</u> / <u>11</u> / <u>2019</u>			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

APÊNDICE E: PRODUTO FINAL - MATERIAL PARA A ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

PRODUTO EDUCACIONAL DA DISSERTAÇÃO

**PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
PRIVADOS DE LIBERDADE**

Mestranda: Marenilda G. Nascimento
Araújo

Orientadora: Prof.^a Dra. Nilda da
Silva Pereira

RESUMO

O Programa de Mestrado Profissional em Ciências, Tecnologia e Educação – CTE da Faculdade Vale de Cricaré – São Mateus/ES tem como obrigatoriedade apresentar um produto educacional ao final do estudo do aluno. Objetiva-se, assim, contribuir para as pesquisas na área de estudo e para a realidade do *lócus* pesquisado. Neste sentido, a proposta pedagógica que aborda a temática **DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE- UM ESTUDO DE CASO** tem como objetivo principal promover, junto com os alunos do Sistema Prisional sujeitos desta pesquisa, oficinas pedagógicas sobre o processo de alfabetização, oportunizando a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos, a fim de contribuir para o desenvolvimento das práticas alfabetizadoras.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 JUSTIFICATIVA.....	5
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
4 PÚBLICO-ALVO.....	6
5 OBJETIVOS.....	6
5.1 GERAL.....	6
5.2 ESPECÍFICOS.....	7
6 METODOLOGIA.....	7
7 RECURSOS.....	8
7.1. HUMANOS.....	8
7.2 MATERIAIS.....	8
8 CRONOGRAMA	8
9 AVALIAÇÃO.....	8
10 REFERÊNCIAS.....	9
11 APÊNDICES.....	9

1 INTRODUÇÃO

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

Paulo Freire

Este estudo nasce da minha aproximação com o tema como professora da EJA – Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional do município de São Mateus, há quatro anos. Na minha trajetória tive e tenho muitas indagações frente aos alunos que não têm o domínio da leitura e escrita. Não sabem ler nem escrever o próprio nome, nem diferenciar sons, grafemas, realizar pequenas operações matemáticas, enfim, aqueles que não tiveram oportunidade de ir à escola na idade certa, por motivos pessoais, sociais e econômicos. Diante disso, A Constituição Federal, em seu artigo 5º, de forma geral, diz que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

A igualdade a que este produto se remete é em relação aos direitos, mas quando estes transgridem os seus deveres, certamente serão penalizados pela lei, que acontece com as pessoas privadas de liberdade. Entretanto, independentemente de estar em liberdade, ou não, o artigo 6º declara que

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988). (Grifo nosso).

Este destaca que deve ser respeitada, no campo educacional, preferencialmente, pois se a educação é um direito de todos contempla inclusive aqueles que estão em privação de liberdade. Para que isso aconteça é preciso se pensar nas condições de acesso à educação ao que se refere no Sistema prisional de metodologias de ensino para a EJA (Educação de Jovens e Adultos), buscando atender as necessidades diferenciadas destes educandos, respeitando suas especificidades.

Nesta perspectiva, foi feita a pesquisa de Mestrado intitulada “Desafios e Possibilidades da Alfabetização no Sistema Prisional em São Mateus-ES: Um Estudo de

Caso”, onde se percebeu a necessidade de proporcionar aos alunos privados de liberdade, através de oficinas pedagógicas para o desenvolvimento de uma prática pedagógica voltada para alfabetização e letramento.

Diante dessa demanda, foi elaborado este produto que busca atender às expectativas dos alunos privados de liberdade e está pautado no eixo Leitura/ oralidade e escrita. Nessa perspectiva, buscamos desenvolver um trabalho que se integre ao cotidiano das aulas no sistema prisional, ao currículo de Educação de Jovens e Adultos e a BNCC (base Nacional Comum Curricular).

Percebeu-se também durante a pesquisa a necessidade de se trabalhar uma proposta de intervenção que primasse pela reflexão das práticas pedagógicas alfabetizadoras realizadas nas aulas do sistema prisional, criando assim espaços para a aquisição de conhecimento sobre o processo de alfabetização dos alunos, bem como troca vivências cotidianas.

2 JUSTIFICATIVA

Mediante a pesquisa realizada no Sistema prisional de São Mateus-ES (CDP) Centro de Detenção provisória e PRSM (Penitenciária Regional de São Mateus) os resultados encontrados foram satisfatórios. Percebeu-se que o aluno privado de liberdade tem bastante interesse em aprender, estão aptos e são participativos. No entanto, apresentaram fragilidades na aprendizagem, o que dificulta o processo, mas interagiram e compreenderam melhor cada assunto se forem estimulados.

Concluiu-se com essa proposta, que a escola pode sim, por meio de intervenções, motivar e sensibilizar tanto os alunos privados de liberdade quanto aos professores. O interesse dos alunos pela atividade foi bastante significativo e de fato houve envolvimento. Os comentários foram bem positivos, afirmaram terem se sentidos valorizados e repensarem suas ações sociais, otimizando o processo ensino aprendizagem.

Os professores sentiram-se estimulados e convidados a dar continuidade e por meio de leituras das referências e das atividades desenvolvidas e passaram a apresentar uma postura diferenciada quanto ao ensino. Contudo, os avanços podem ser observados. Há muitos pontos que necessitam ser retomados e redimensionados. O importante é que houve interação.

O diferencial deste Produto consiste em repensar, refletir e planejar ações de intervenções a fim de redirecionar rumos pedagógicos e também de propiciar aos alunos privados de liberdade uma relação interdisciplinar.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar de alguns presídios buscarem implantar projetos no sentido de resgatar a autoestima e a ressocialização, são ações ineficazes, que levam até eles palestras, oficinas artesanais e aulas no Ensino Fundamental e Médio sem muitas perspectivas, mas voltadas para diminuição da pena e pouco para a contribuição social a estes cidadãos, nada que se possa dizer ser significativo. Ferreira (2011) afirma que a prisão prejudica mais ainda a situação dos marginalizados no Brasil, fazendo com que fiquem excluídos da sociedade e vulneráveis à criminalidade, de onde dificilmente sairão.

Para Ferreira (2011), outra forma de ressocialização que seria muito útil aos jovens e adultos privados de liberdade está focada na educação. A formação acadêmica é muito relevante, pois estes de certa forma retomam a liberdade de pensar, de escrever e de conhecer seus deveres e direitos, de se perceber como parte da sociedade em que se inserirá novamente. A educação lhe direcionará ao conhecimento, onde terá um objetivo maior, contínuo e construtor.

4 PÚBLICO-ALVO

Participarão diretamente dessa proposta professores e alunos do Sistema Prisional.

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL

Promover junto com os professores e alunos sujeitos desta pesquisa, oficinas pedagógicas sobre o processo de alfabetização de Educação de Jovens e adultos,

oportunizando a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos, a fim de contribuir para o processo de alfabetização e letramento.

5. 2 ESPECÍFICOS

- Desenvolver um trabalho de alfabetização adequado às necessidades de aprendizagem dos alunos, levando em consideração que todos são capazes de aprender.
- Aprofundar o conhecimento sobre os processos de aprendizagem dos quais depende a alfabetização e utilizar esse conhecimento para desenvolver as situações didáticas de leitura e escrita.
- Realizar atividades desafiadoras de alfabetização, considerando o nível de conhecimento real dos alunos.

6 METODOLOGIA

A metodologia deste Produto Educacional será desenvolvida de acordo com os descritores referentes a leitura/ oralidade e escrita em 6 unidades. Cada unidade corresponde a uma semana com encontros de 4h no horário de estudo. Assim, todas as ações da proposta pedagógica vão perfazer um total de 120 horas.

Dentre as ações, teremos nas unidades a realização de oficinas pedagógicas com atividades teórico-práticas, realizadas nas aulas pelos participantes visando articular teoria e prática e estimular a todos participarem das atividades que a proposta propõe.

As oficinas serão enriquecidas com produção de material didático; realização de pesquisa sobre o tema em estudo; enfocando a proposta de alfabetização da BNCC e da proposta pedagógica do sistema prisional.

7 RECURSOS

7.1 HUMANOS

Professores e alunos privados de liberdade.

7.2 MATERIAIS

Espaço físico, papel ofício para elaboração de textos livros de literaturas, revistas, jornais, pincéis atômicos, cola, papel cenário, colas, atividades diversas, folhas A4, vídeo, banner.

8 CRONOGRAMA

UNIDADES	1ª Sem.	2ª Sem.	3ª Sem.	4ª Sem.	5ª Sem.	6ª Sem.
Apresentação da proposta para os alunos.	x					
Unidade 1	x					
Unidade 2		x				
Unidade 3			x			
Unidade 4				x		
Unidade 5					x	
Unidade 6						x

9 AVALIAÇÃO

A avaliação proposta nessas oficinas pedagógicas é processual e está centrada no desenvolvimento das competências e habilidades que se espera que os alunos desenvolvam na alfabetização. Sendo acompanhado sistematicamente o progresso pessoal de cada aluno, como também o processo coletivo de aprendizagem

do grupo. A avaliação será feita especialmente por meio da análise da participação e do envolvimento dos alunos durante as oficinas, na realização das tarefas propostas nas aulas, no trabalho pessoal e nas discussões realizadas no momento de compartilhamento de ideias.

10 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República Casa Civil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 dez. 2019.

ENSINAR A APRENDER. Disponível em: <http://ensinar-aprender.com.br/2011/06/plano-de-aula-dengue-autoria-maria-da.html><https://novaescola.org.br/conteudo/664-3/>. Acesso em: 05 dez. 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

11 APÊNDICES

APÊNDICE A - PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE

Eixo: Leitura, oralidade e escrita.

Unidade 1: Identidade

Objetivos:

- Discutir sobre a identidade de cada aluno;
- Leitura e escrita do próprio nome;
- Identificar as convenções e direções da escrita;
- Identificação de nome e sobrenome;

Desenvolvimento:

1 – Apresentar as fichas dos nomes dos alunos e conversar com eles sobre a importância do nome próprio para as pessoas.

2 – Ler cada ficha de nomes dos alunos e entregar oficialmente para eles. O nome próprio tem muito significado.

3 – Questionar os alunos sobre: porque temos um nome? Você sabe quem escolheu seu nome? Você gosta do seu nome? Que outro nome você gostaria de ter?

APÊNDICE B - PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE

Eixo: Leitura, oralidade e escrita.

Unidade 2: O Corpo Humano

Objetivos:

- Nomear as principais partes do corpo como cabeça, tronco e membros;
- Conhecer o corpo humano, sua unidade básica;
- Reconhecer-se como o corpo que age, aprende, vive, interage;

Desenvolvimento:

1 – Organizar os alunos em pequenos grupos para montar um quebra-cabeça, previamente confeccionado pelo professor, com as seguintes partes: cabeça, tronco (tórax e abdome) e membros com o contorno do corpo humano.

2 – Após a montagem do quebra-cabeça os alunos receberão fichas com a escrita (caixa alta/maiúscula) dos nomes das partes do corpo citadas na cantiga (CABEÇA, OMBRO, JOELHO, PÉS, OLHOS, OUVIDOS, BOCA E NARIZ) que será trabalhada em seguida. Onde deverão, nos grupos, fazer a leitura em colaboração, dos nomes nas fichas colando-as no desenho do corpo humano no quebra-cabeça, montado. Partes do corpo como: tronco (tórax e abdome) e membros também estarão disponíveis.

3 – Questionar com os alunos sobre: Quais partes do corpo humano que o grupo localizou quando montava o quebra-cabeça? O corpo humano tem outras partes? Quais? Como o corpo humano age, aprende, vive interage?

APÊNDICE C - PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE

Eixo: Leitura, oralidade e escrita.

Unidade 3: Trabalho

Objetivos:

- Discutir sobre o tema: Trabalho
- Leitura e escrita das diversas profissões.
- Identificar as convenções e direções da escrita
- Identificação da própria profissão.

Desenvolvimento:

1 – Apresentar fichas (com imagem impressa ou desenhada) de locais onde são desenvolvidas algumas profissões. (Ex: Pedreiro imagem de uma casa).

2 – Ler cada ficha com nome das profissões e onde eles trabalham.

3 – Questionar: Pedreiros trabalham nas construções, os médicos e enfermeiros trabalham nos hospitais, quais outras profissões conhecemos e onde eles trabalham? E assim explorar as variadas profissões em sala.

4 – Questionar a sala: se conheciam todas as profissões que apareceram se sabiam os locais onde trabalhavam ou se tiveram alguma surpresa. Depois de conversar com a sala, peça para que as duplas façam desenhos em seus cadernos, mostrando a profissão que escolheram e onde este profissional trabalha.

APÊNDICE D - PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE

Eixo: Leitura, oralidade e escrita.

Unidade 4: Água: Recurso Natural, Usos e Consumo Consciente, Ciclo da Água

Objetivos:

- Identificar a presença da água no cotidiano e reconhecer sua importância como recurso natural indispensável à vida no planeta;

- Reconhecer as diferentes etapas e processos que constituem o ciclo da água na natureza e avaliar repercussões das alterações nele promovidas pelas atividades humanas;
- Adquirir medidas de consumo consciente e economia de água;

Desenvolvimento:

1 – Conversar sobre a importância da água e a leitura de uma conta de Água que chega nas residências.

2 – Apresentar um vídeo: Saber sobre a água, da Universidade de São Paulo. Como ele também mostra aspectos do ciclo da água na natureza e sua presença na superfície terrestre (rios, lagos e mares) e na atmosfera, pode-se aproveitar para conversar sobre isso com os estudantes.

3 – Estimular os alunos a falar sobre aspectos climáticos que já tenham observado, como os períodos de maior ou menor precipitação, que denotam padrões sobre a presença da água.

4 – Questionar com os alunos sobre: De onde vem a água? Como ela chega até as nossas casas, pronta para o consumo? Como a utilizamos? Como podemos economizá-la, evitando o risco de o recurso faltar no futuro? Formar duplas e cada dupla confeccionar um poema sobre a água onde será apresentado e exposto em sala. (Essas questões podem ser o ponto de partida para planos de estudo, projetos ou sequências didáticas sobre a questão da água).

APÊNDICE E - PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE

Eixo: Leitura/ oralidade e escrita.

Unidade 5: O Município**Objetivos:**

- Discutir sobre a origem dos municípios existente de cada aluno;
- Leitura e escrita dos nomes dos municípios;
- Identificar aspectos históricos, sociais, geográficos e econômicos (turismo);

- Identificação de símbolos do município, limites e hidrografia;

Desenvolvimento:

1 – Identificar as paisagens rurais das paisagens urbanas, notando que elas são manifestações visuais do espaço de realidades sociais que comportam modos de vida, relativamente diferentes.

2 – Construção de um quadro simples, com elementos entre paisagens rurais e paisagens urbanas e alunos e entregar ao aluno. Contendo: (1- espaços naturais; 2- Presença de vegetação; 3- presença de fauna; 4- presença de pessoas; 5- edificações; 6- infraestrutura; neste os alunos irão preencher, ou colocar fichas ou ainda verbalmente) se é rural ou urbano.

3 – Caso os alunos demonstrem não ter tido experiência concreta com alguma dessas paisagens (urbana ou rural), talvez seja adequado mostrar-se a eles fotografias das paisagens e pedir que olhem segundo os itens do quadro.

APÊNDICE F - PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE

Eixo: Leitura, oralidade e escrita.

Unidade 6: Leitura do Texto, Coleta Seletiva em Casa, Interpretação e Colagem

Objetivos:

- Associar a reciclagem à questão ambiental;
- Relacionar os diferentes tipos de lixo utilizados na reciclagem;
- Identificar Aspectos históricos, sociais e geográficos e econômicos (turismo);
- Analisar criticamente a sociedade de consumo;
- Despertar o interesse dos alunos para a reciclagem;

Desenvolvimento:

1 – Introdução sobre o tema reciclagem, onde os alunos poderão expor sua opinião sobre a importância dos cinco R's: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar.

2 – Propor algumas atividades de colagem, onde os mesmos terão que separar as figuras (vidros, papel, metal, plástico) e cola-las cada qual no lugar indicado.

3 – Exibir o vídeo: “lixo extraordinário” e desenhar algumas obras do autor para expor.

APÊNDICE G - PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE

Eixo: Leitura, oralidade e escrita.

Unidade 7: Dengue

Objetivos:

- Discutir sobre a transmissão do vírus da dengue, como sondagem do nível de conhecimento deles e listar o que sabem ou gostariam de saber;

- Explicar sobre seu principal transmissor que é o mosquito *Aedes Aegypti*.

Exibir um documentário referente ao tema;

- Debater sobre o documentário e o que fazer para prevenir a reprodução do vírus;

Desenvolvimento:

1 – Utilizar cartazes com fotos dos lugares que servem como locais de reprodução do vírus;

2 – Perguntar aos alunos sobre o assunto que já foi discutido,

3 – Questionar sobre o que fazer para prevenir os focos de reprodução do mosquito no caso de cada foto.

4 – Em dupla criar uma história em quadrinhos. A história gira em torno de pessoas, ambiente limpo e bem cuidado. Mais tarde deixaram o ambiente com um monte de lixo (latinhas, potinhos, embalagens, cascas e resto de frutas). Qual a moral?